



*[Handwritten signature and initials]*

ATA N.º 23 – Ao primeiro dia do mês de setembro do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Santa Maria da Feira, no auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às 21 horas, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia, Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, e secretariada pelos Srs. Maria José Ferreira dos Santos e Mário Jorge de Castro Reis, respetivamente 1.º e 2.º Secretários da Mesa, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Atas:-----
  - Ata n.º 21 - Sessão Ordinária de 7 de abril de 2017-----
  - Ata n.º 22 - Sessão Ordinária de 26 de junho de 2017;-----
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;-----
- 3 – Revisão Orçamental-----
  - 2.ª Revisão ao Orçamento da Despesa -----
  - 1.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipal – PAM; -----
- 4 – Proposta de Alteração ao Regulamento do Programa de Apoio às Pessoas Coletivas de Direito Privado Sem Fins Lucrativos do Município de Santa Maria da Feira; -----
- 5 – Requalificação do Rio Uíma – Passadiço debaixo da ponte/EN 326 – Flâes -----
  - Declaração de Interesse Municipal;-----
- 6 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas -----
  - Apoio a obras diversas; -----
- 7 – Locação de bens “Renting de viaturas”-----
  - Autorização prévia para assunção de compromisso plurianual; -----
- 8 – Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza Urbana do Concelho de Santa Maria da Feira -----
  - Autorização prévia para assunção dos compromissos plurianuais;-----
- 9 – Reciclagem e Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos no Município de Santa Maria da Feira (*artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento*).-----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Emídio Ferreira



dos Santos Sousa, e pelos Vereadores Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, Helena Maria de Sá Portela, Eduardo Marques dos Santos Cavaco, Susana Alexandra Lopes Correia, António Ferreira de Bastos, Isabel Maria Oliveira Machado Leal Pereira e Mário António Pinho de Oliveira. -----

Não estiveram presentes os Vereadores José Manuel da Silva Oliveira, Vítor Carlos Latourrette Marques e António Gil Alves Ferreira. -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* declarou aberta a sessão, começando por saudar os membros presentes e por dar um cumprimento especial à Jovem Autarca 2016/2017, Mariana Almeida, que se encontrava presente na sala para assistir à sessão. -----

De seguida, informou da entrada na Mesa, até àquele momento, de 6 credenciais de delegação de representação para a presente sessão, dos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia das seguintes freguesias: -----

– Argoncilhe (PSD): delegada a representação no Secretário do Executivo – Manuel Pereira dos Santos; -----

– Arrifana (PSD): delegada a representação no Vogal do Executivo – Alcino Pereira Monteiro; -----

– Escapães (PSD): delegada a representação no Tesoureiro do Executivo – Álvaro Miguel da Silva Leite; -----

– São João de Ver (IND.): delegada a representação no Tesoureiro do Executivo – Sebastião Ferreira de Castro; -----

– União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros (PSD): delegada a representação no Tesoureiro do Executivo – Paulo Sérgio Valinho Luís; -----

– União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (PSD): delegada a representação no Vogal do Executivo – Fernando Adriano de Sousa Pinho. -----

Informou, de seguida, que os membros Marisela Adelaide Pinto Maio (PSD), António Domingues Pereira (PSD), Manuel Amorim Duarte (PS), Rosa Maria Pinto da Silva (PS), Eduardo José da Costa Pereira da Rocha (PS) e Márcio Santos Correia (PS), solicitaram à Mesa serem substituídos na presente sessão nos termos legais e regimentais, pelos motivos indicados nas respetivas comunicações. -----



Sobre a substituição da deputada municipal Marisela Maio informou que a cidadã seguinte da lista do PSD, Juliana Canedo Rocha, comunicou à Mesa da impossibilidade de estar presente nesta sessão, pelo que a mesma era substituída pelo cidadão seguinte da mesma lista, João Luís Almeida Cunha, que se encontrava presente para o efeito. -----

Informou que o membro António Domingues Pereira era substituído, nos termos legais, pelo cidadão José Moreira de Jesus Castro, que também já se encontrava presente. -----

Sobre a substituição do membro Amorim Duarte informou que o cidadão seguinte da lista do PS, Telmo André dos Santos Gomes, comunicou à Mesa da impossibilidade de estar presente nesta sessão, pelo que o mesmo era substituído pela cidadã seguinte da mesma lista, Margarida Arcelina Assunção Alfama, já presente na sala. -----

Informou que a deputada municipal Rosa Silva era substituída, nos termos legais, pelo cidadão Ricardo Daniel Bastos dos Santos, que também já se encontrava presente.-----

Em relação à substituição do membro Eduardo Rocha deu nota que os cinco cidadãos seguintes na lista do PS – Armando de Sousa e Silva, Cátia Patrícia Silva Ferreira, Jorge Manuel Pintassilgo, António Ferreira Pinto e Teresa de Oliveira Pereira – informaram da impossibilidade de estarem presentes nesta sessão, pelo que o mesmo era substituído pelo cidadão seguinte da lista, Feliciano Martins Pereira, que se encontrava presente para o efeito. -

Em relação à substituição do membro Márcio Correia deu nota que os três cidadãos seguintes na lista do PS – Fernando Ferreira de Sousa, Raquel Tavares Valente e Alexandrino Ferreira dos Santos – informaram da impossibilidade de estarem presentes nesta sessão, pelo que o mesmo seria substituído pelo cidadão seguinte da lista, Jorge Eduardo da Silva Oliveira. Fez notar que, contudo, o cidadão Jorge Oliveira não se encontrava presente, pelo que comunicaria a substituição caso o mesmo chegasse no decorrer da sessão – *o que não se veio a verificar, pelo que não foi possível efetivar a substituição do membro Márcio Correia.*-----

-----  
Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 47 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente:-----

*Pelo grupo municipal do PSD:*-----

Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria; José Manuel Milheiro Pinho Leão; António André da Silva Topa; José Fernando Moreira; Serafim Manuel Rocha Guimarães; Aldina dos Reis Camboa Cabral; Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Maria José Ferreira dos Santos;



Casimiro Loureiro Dias de Pinho; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Justino de Amorim Pinto; João Luís Almeida Cunha; José Moreira de Jesus Castro; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Manuel Pereira dos Santos; Arrifana – Alcino Pereira Monteiro; Escapães – Álvaro Miguel da Silva Leite; Fornos – Luis André Dias Ferreira Assunção dos Santos; Lourosa – Armando Fontes Teixeira; Mozelos – José Carlos Pinto da Silva; Paços de Brandão – Firmino Gomes da Costa; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Romariz – Manuel Jacinto da Conceição Moreira; Santa Maria de Lamas – António Óscar Correia Soares Neves; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – Paulo Sérgio Valinho Luís; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – José Henriques dos Santos; e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Fernando Adriano de Sousa Pinho;-----

*Pelo grupo municipal do PS:*-----

Margarida Maria Santos Soares Rocha Gariso; Sérgio Manuel Murteira Cirino; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Manuel Oliveira de Almeida; António dos Santos; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Manuel Ferreira Santos; Carla Marisa Pimentel Pereira; Lia Andreia Cristóvão Ferreira; Daniel Tavares Gomes; Margarida Arcelina Assunção Alfama; Ricardo Daniel Bastos dos Santos; Feliciano Martins Pereira; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; São Paio de Oleiros – Ana Cristina Pires de Oliveira; e União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Maria Manuela da Silva Teixeira;-----

*Pela CDU:* Filipe Ramiro Tavares Moreira;-----

*Pelo BE:* Moisés Salvador Coelho Ferreira;-----

*Pelo CDS-PP:* Válder José Mendes de Amorim;-----

*Independente:* Sebastião Ferreira de Castro – Junta de Freguesia de São João de Ver. -----

*Entraram, no decorrer da sessão:* Adriana Marisa da Silva Cardoso (PSD) e Bernardino Manuel Martins Couto (PSD).-----

*Faltaram à sessão, sem se terem feito representar:* Gastão Valente Pinto da Silva (PSD); Márcio Santos Correia (PS); António Valdemar Fontes Pinho Ribeiro – Presidente da Junta de Freguesia de Fiães (PSD); Augusto de Pinho Santos – Presidente da Junta de Freguesia de



Milheirós de Poiães (PS); e Rui Alves Rios – Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura (PS). -----

Seguidamente, e na sequência do acordado pela Assembleia na sua sessão de 20 de novembro de 2013, quanto à omissão da leitura do documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, informou que se encontrava disponível essa relação, bem como os respetivos documentos, para que os Srs. deputados municipais os pudessem consultar, caso o pretendessem. -----

É do seguinte teor o documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal após a sessão ordinária de 26 de junho de 2017: -----

- “Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 29 de maio, 12 e 19 de junho de 2017; -----
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, resposta do Ministério da Economia à pergunta que lhe foi dirigida pelos Srs. Deputados José Luis Ferreira e Helóisa Apolónia, sobre os “parques infantis da responsabilidade do município de Santa Maria da Feira em mau estado”;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para conhecimento e devidos efeitos, fotocópia do voto de louvor ao Clube Futebol União de Lamas – Hóquei, e da moção intitulada “Santa Maria da Feira, município livre de touradas”, que foram aprovados por esta Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 26 de junho de 2017; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente do Clube Futebol União de Lamas - Hóquei, remetendo, para conhecimento, fotocópia do voto de louvor àquele Clube que foi aprovado por esta Assembleia Municipal na sua sessão de 26 de junho de 2017; -----
- Circular n.º 48/2017\_AS da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo alguns exemplares do boletim n.º 3/2017 daquela Associação;-----



*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*

- E-mail do munícipe António de Almeida Pinto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, relativo a reclamação que fez relacionada com a zona industrial de Romariz, dando a conhecer o conteúdo do e-mail que enviou à Inspeção-Geral de Finanças e ao Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira subordinado ao assunto “Parque Industrial de Romariz – Loteamento 424/2008/URB – denúncia por incumprimento do PDM e ausência de qualquer resposta por parte da Câmara Municipal”; -----
- E-mail do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Srs. Presidentes das Câmaras Municipais e Assembleias Municipais dos Concelhos de Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pêra, Góis, Pampilhosa da Serra, Penela e Sertã, remetendo teor do voto de pesar e de total solidariedade que esta Assembleia Municipal aprovou na sua sessão de 26 de junho de 2017, na sequência da tragédia ocorrida naquela Região resultante dos incêndios, solicitando ainda que, se possível, o mesmo fosse dado a conhecer às pessoas afetadas pela referida tragédia; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Manuel Amorim Duarte, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando lhe fosse facultada a documentação comprovativa do envio da recomendação aprovada por esta Assembleia Municipal na sua sessão de 26 de setembro de 2015, intitulada “Rotunda no Picoto”, às entidades referidas na recomendação; -----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao membro deste Órgão – Manuel Amorim Duarte, remetendo, na sequência da solicitação feita pelo mesmo, fotocópia digitalizada dos ofícios enviados ao Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, ao Presidente do Conselho de Administração da Infraestruturas de Portugal e ao Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, onde se levou ao conhecimento dos mesmos o teor da recomendação intitulada “Rotunda no Picoto”, aprovada por esta Assembleia Municipal na sua sessão de 26 de setembro de 2015;-----
- E-mail da Chefe de Divisão da Educação, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviando-lhe, na qualidade de membro do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira e na sequência da reunião realizada por aquele Conselho no dia 28 de junho de 2017, a redefinição dos valores das mensalidades por escalões para as AAAF – Atividades de Animação e Apoio à Família da educação pré-



- escolar, bem como a redefinição dos valores dos auxílios económicos para material escolar e tecnologias de apoio aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo recomendação da CDU sobre a “Casa da Malaposta, em Sanfins” e solicitando a mesma fosse reencaminhada ao Sr. Presidente da Câmara Municipal – recomendação enviada por e-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; -----
  - Convite da Casa da Gaia – Centro de Cultura, Desporto e Recreio de Argoncilhe, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a 39.º edição do Festival Danças do Mundo, que se realizou nos dias 20, 29 e 30 de julho de 2017;-----
  - Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 26 de junho de 2017;-----
  - E-mail do membro deste Órgão – Manuel Amorim Duarte, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento sobre o assunto “recomendação (rotunda no Picoto)” – requerimento enviado por e-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; ---
  - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, cópia do Projeto de Lei n.º 568/XIII/2.ª sobre “Assistência a banhistas”, apresentado por aquele grupo parlamentar na Assembleia da República;-----
  - E-mail do Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Castanheira de Pera, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, acusando e agradecendo o voto de pesar e de total solidariedade aprovado por esta Assembleia Municipal na sua sessão de 26 de junho de 2017, pelo flagelo dos incêndios florestais que atingiu aquele Concelho; -----
  - E-mail do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, acusando e agradecendo o voto de pesar e de total solidariedade aprovado por esta Assembleia Municipal na sua sessão de 26 de junho de 2017, pelo flagelo dos incêndios florestais que atingiu aquele Concelho;-----
  - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, o Projeto de Resolução n.º
-



973/XIII/2.<sup>a</sup> “Para resolver a poluição causada por duas unidades de transformação instaladas em Arrifana – Santa Maria da Feira”, informando que o mesmo estava agendado para discussão em plenário da Assembleia da República no dia 19 de julho de 2017;-----

- E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento sobre o assunto “Bustos em Santa Maria da Feira e respetiva informação” – requerimento enviado por e-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira sobre o assunto “Bustos em Santa Maria da Feira e respetiva informação” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 26/07/2017;-----
- E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento sobre o assunto “Avenida Papa Francisco – São João de Ver” – requerimento enviado por e-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos;-----
- Cartão da Família de Américo Ferreira Amorim, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo as provas de conforto e amizade que recebeu na sequência do falecimento do Sr. Américo Amorim;-----
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, resposta do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural à pergunta que lhe foi dirigida pelos Srs. Deputados José Luis Ferreira e Heloísa Apolónia, sobre “atentado ambiental em Santa Maria da Feira ”;-----
- Ofício da Sr.<sup>a</sup> Vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, a pedido dos subscritores, abaixo-assinado contra o encerramento da Escola Básica 1 de Badoucos; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento sobre o assunto “Praia Fluvial da Mámoa –





Iluminação Pública” – requerimento enviado por e-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos;-----

- Convite da Administração do Clube Desportivo Feirense – Futebol SAD, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para assistir aos encontros CD Feirense – CD Tondela e CD Feirense – FC Paços Ferreira, que se realizaram nos dias 7 e 21 de agosto de 2017; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento sobre o assunto “Fontanário – Rua João António de Andrade – St.ª Maria da Feira” – requerimento enviado por e-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; -----
- Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 10 de julho de 2017; -----
- Convite da Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora da Piedade – Canedo, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para participar na procissão e na eucaristia solene que se seguiu, realizadas no passado dia 20 de agosto de 2017;-----
- E-mail da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal de Góis, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, acusando e agradecendo o voto de pesar e de total solidariedade aprovado por esta Assembleia Municipal na sua sessão de 26 de junho de 2017, pelo flagelo dos incêndios florestais que atingiu aquele Concelho;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, convocando-os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 1 de setembro de 2017, bem como informando qual a respetiva Ordem do Dia; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 1 de setembro de 2017, e indicando a respetiva Ordem do Dia; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia



- Municipal, de 1 de setembro de 2017;-----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, realizada no dia 28 de agosto de 2017;-----
  - Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 24 de julho de 2017; -----
  - E-mail da Sr.ª Vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convocando-o, na qualidade de membro do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira, para uma reunião a realizar por aquele Conselho Municipal no dia 7 de setembro de 2017, bem como informando a ordem de trabalhos da referida reunião;-----
  - E-mail do membro deste Órgão – Manuel Amorim Duarte, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 1 de setembro de 2017, por se encontrar ausente do País, solicitando a sua substituição na sessão ao abrigo da Lei e do Regimento;-----
  - E-mail do membro deste Órgão – Sérgio Cirino, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando o agendamento para esta sessão da Assembleia Municipal, de 1 de setembro de 2017, do assunto “Reciclagem e Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos no Município de Santa Maria da Feira”, anexando o respetivo documento habilitante; -----
  - E-mail do membro deste Órgão – Daniel Gomes, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento onde solicita informação sobre os compromissos financeiros assumidos pela Câmara Municipal com instituições bancárias e com o Estado Português – requerimento enviado por e-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; ---
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, relativo a adenda à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 1 de setembro de 2017;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, de adenda à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 1 de setembro de 2017; -----



Handwritten initials and a circled mark.

- E-mail do membro deste Órgão – Rosa Maria Silva, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 1 de setembro de 2017, por motivos pessoais, pelo que seria substituída na sessão pelo cidadão da lista do Partido Socialista disponível imediatamente a seguir; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Minervina Rocha, Presidente da Junta de Freguesia de Escapães, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 1 de setembro de 2017, por razões de ordem pessoal, pelo que se faria substituir na mesma pelo Tesoureiro daquele Executivo – Álvaro Miguel da Silva Leite; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Marisela Maio, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 1 de setembro de 2017, por estar de férias, solicitando ser substituída na sessão nos termos regimentais; -----
- E-mail do membro deste Órgão – António Domingues Pereira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 1 de setembro de 2017, solicitando lhe seja relevada a falta bem como ser substituído na referida sessão, nos termos legais e regimentais; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Eduardo Rocha, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 1 de setembro de 2017, por estar de férias, solicitando lhe seja relevada a falta bem como ser substituído na referida sessão nos termos regimentais; -----
- E-mail do munícipe Henrique Miguel Santos Almeida inscrevendo-se para falar no Período de Intervenção do Público desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 1 de setembro de 2017 – que foi respondido, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal e também por e-mail, no sentido de que a inscrição não podia ser considerada válida por não cumprir o prazo de 48 horas de antecedência estipulado no Regimento; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Márcio Correia, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 1 de setembro de 2017, por motivos pessoais, solicitando ser substituído na referida sessão nos termos regimentais; -----
- Diversos jornais e revistas.”-----



**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o período em epígrafe, informou da existência de cinco recomendações (quatro do BE e uma do PS) para serem discutidas – que, nos termos regimentais, foram remetidas aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão para serem apreciadas nesta sessão e que foram enviadas, por correio eletrónico, aos membros da Assembleia. -----

Informou que concederia a palavra aos proponentes das recomendações para fazerem a apresentação das mesmas e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais para se pronunciarem sobre tais documentos. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) para apresentar as recomendações cujos teores, seguidamente, se transcrevem: -----

**“FIM DAS BARREIRAS ARQUITETÓNICAS NAS PISCINAS MUNICIPAIS -----**

Tendo em conta que as piscinas municipais iniciaram as suas atividades há mais de uma década ao serviço das populações; -----

Sabendo-se que a legislação referente às pessoas com deficiência é clara, obrigando a autarquia a suprimir todas as barreiras arquitetónicas e a criar todas as condições para que as pessoas com mobilidade condicionada tenham acesso aos espaços/equipamentos sem qualquer tipo de restrições. -----

Não se compreende que recentemente se tenham realizado obras em todas as piscinas municipais e que persistam as barreiras arquitetónicas que são impeditivas de um acesso digno e de qualidade de vida às pessoas com mobilidade condicionada. -----

Inclusivamente a existência de barreiras arquitetónicas restringem e impedem as pessoas com mobilidade condicionada de usufruírem de alguns serviços propostos/vendidos pelas piscinas. Por exemplo, não existe elevador para o acesso às bancadas e outros equipamentos para pessoas com mobilidade condicionada. -----

Apesar de haver no concelho exemplos pontuais de algum sucesso desportivo de pessoas com mobilidade condicionada, a persistência de barreiras arquitetónicas e a falta de técnicos qualificados impede que estes sucessos pontuais se generalizem para um maior número de pessoas com deficiência. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 1 de -----



setembro, recomenda: -----

- 1 – A implantação de elevadores de acesso às bancadas e aos diversos equipamentos existentes nas piscinas; -----
- 2 – Eliminar todas as barreiras arquitetónicas, fazendo cumprir o decreto de lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, de acordo com as normas técnicas em anexo ao mesmo diploma.” -----

-----  
“LUGARES DE ESTACIONAMENTO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA -----

Portugal é no contexto da União Europeia um dos países com maiores índices de sinistralidade rodoviária. Se associarmos a este indicador o facto de Portugal ter uma elevada taxa de envelhecimento, podemos ter a ideia de como há cada vez mais pessoas na condição de mobilidade condicionada. -----

Tendo em atenção este quadro, entrou em vigor no dia 6 de agosto do corrente ano a Lei n.º 48/2017, de 7 de julho. Este dispositivo legal impõe às entidades públicas um reforço da disponibilização dos lugares de estacionamento para as pessoas com deficiência de acordo com as normas técnicas constantes do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, em especial, as normas técnicas ínsitas na secção 2.8 (“Espaços para estacionamento de viaturas”). -----

Tal instrumento legal clarificou e ampliou ainda a definição de entidades públicas sujeitas ao cumprimento do referido diploma conforme n.º 3 do artigo 2.º da referida Lei. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 1 de setembro, tendo em atenção o n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 48/2017, de 7 de julho, recomenda à Câmara Municipal: -----

- 1 - Que dentro do perímetro das suas dependências em todo o Concelho e de modo particular na cidade, disponibilize lugares de estacionamento para as pessoas com deficiência de acordo com o rácio em anexo ao diploma Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, e da secção já citada. -----

- 2 - De igual modo, e em especial, para aquelas dependências de que não disponham de estacionamento próprio os disponibilize na via pública, tendo não só em atenção a disseminação de serviços da Câmara pela cidade e no resto do concelho, como também, tendo em conta outras entidades públicas de que damos exemplo, a Repartição de Finanças da cidade, de acordo com o n.º 4 da Lei n.º 48/2017, de 7 de julho, que aqui se transcreve: “As entidades públicas que não disponham de estacionamento para utentes devem assegurar a -----



disponibilização na via pública de lugares de estacionamento reservados para pessoas com deficiência, nos termos do disposto nas normas técnicas para melhoria da acessibilidade das pessoas publicadas em anexo ao Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto.” -----

3 - E por último, que a Câmara Municipal diligencie junto das forças de segurança no sentido das mesmas terem uma melhor e mais eficaz atenção em termos de fiscalização e cumprimento da Lei relativamente aos estacionamentos indevidos nos lugares de estacionamento para pessoas com deficiência e nos passeios, ou reduzindo estas infrações ao mínimo possível.” -----

-----  
“AUMENTAR A RECOLHA DE LIXO EM TODO O CONCELHO -----

A esmagadora maioria das freguesias do concelho de Santa Maria da Feira só tem recolha de lixo duas vezes por semana, o que é manifestamente insuficiente e prejudicial para a qualidade de vida dos feirenses. -----

Para o Bloco de Esquerda é essencial que a recolha do lixo se faça em todo o concelho pelo menos 4 vezes por semana, tal como acontece no centro da cidade da Feira. É também essencial que se aumente a recolha seletiva de resíduos, abrangendo todas as freguesias do concelho. -----

Não se entende que o centro da cidade de Santa Maria da Feira tenha um tratamento privilegiado em relação a outras freguesias, nem se entende a demora na implementação de uma verdadeira recolha seletiva em todo o concelho. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 1 de setembro de 2017, recomenda: -----

1. A recolha de lixo em todas as freguesias do concelho, pelo menos 4 vezes por semana; -----
2. Estender a todo o concelho a recolha seletiva de resíduos recicláveis.” -----

-----  
“FAZER COM QUE O TRANSFEIRA SIRVA TODO O CONCELHO -----

A autarquia deve promover o direito à mobilidade da população, assim como o tratamento igual entre todas as freguesias. Isso não está a acontecer, uma vez que o Transfeira se cinge ao centro do concelho e não serve a esmagadora maioria da população. -----

Toda a população feirense deve ter igual acesso a este transporte público. Ele é pago pelos impostos de toda a população e toda a população paga os mesmos impostos. Não há nenhuma

---



razão para que uns possam aceder a este transporte e outros não. -----

O Bloco de Esquerda propõe que o Transfeira seja alargado a todo o concelho e sirva todas as freguesias de Santa Maria da Feira. -----

Para o Bloco de Esquerda isso é essencial para garantir igualdade de tratamento entre a população feirense e, ao mesmo tempo, promover a mobilidade das pessoas dentro do próprio concelho. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 1 de setembro de 2017, recomenda: -----

O alargamento do Transfeira a todas as freguesias do concelho, de forma a que toda a população tenha acesso a este transporte público e, dessa forma, se melhore a mobilidade das pessoas dentro do concelho de Santa Maria da Feira.” -----

Interveio a deputada municipal *Lia Ferreira* (PS) para apresentar a recomendação cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“AUTÁRQUICAS 2017 -----

Vivemos num Estado Democrático e como tal, somos cidadãos com deveres e direitos civis próprios de um estado livre. -----

Com a conquista desta liberdade comprometemo-nos a participar de forma autónoma, independente e consciente, na eleição dos nossos representantes, através do ato eleitoral. Votar é não só um direito constitucionalmente garantido, como também, um dever cívico de todo o cidadão capacitado para tal. -----

Estamos a um mês das próximas Autárquicas, momento em que os feirenses irão responder a este dever cívico que espelha o seu direito constitucional. -----

Considerandos: -----

- No nosso Concelho, este ato nem sempre tem sido feito de forma digna e equitativa para todos os eleitores feirenses, uma vez que muitos apresentam debilidades físicas que restringem a sua mobilidade. -----
- As urnas de voto nem sempre estão em locais acessíveis, pelo que em vários locais os elementos da mesa trazem a urna à pessoa, facto que por si só contraria o direito à equidade, autonomia e liberdade do ato. -----
- A população mais idosa ou com alguma incapacidade física, sente dificuldade em chegar às -----



urnas e por esse motivo, são muitos os que optam por não exercer o seu direito e dever. -----

• Esta impossibilidade de exercício do seu dever e direito autonomamente é, por si só, um ato discriminatório punível por lei. -----

• Não pode a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira abster-se neste processo sobre o qual tem responsabilidade. -----

Enquadramento legal: -----

• Constituição da República Portuguesa: Artigo 13.º (Princípio da Igualdade) e Artigo 71.º (o estado é responsável pela garantia de políticas de reabilitação e integração de pessoas com deficiência); -----

• Declaração Universal dos Direitos Humanos (dezembro de 1948); -----

• Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto: Estabelece o regime jurídico da prevenção, da proibição e do combate à discriminação, em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem; -----

• Lei n.º 46/2006, de 28 de agosto: Proíbe e pune a Discriminação em Razão da Deficiência e da existência de risco agravado de saúde; -----

• Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto: Normas técnicas de eliminação de barreiras arquitetónicas em Edifícios Públicos e em Habitação; -----

• Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Assinada e implementada em Portugal em 2009. -----

Nesse sentido, face aos considerandos em exposição vimos solicitar o direito ao voto com dignidade e equidade nas Freguesias do Concelho de Santa Maria da Feira. -----

A Assembleia Municipal reunida em 1 de setembro de 2017 recomenda à Câmara Municipal: -

1. Assuma o compromisso de garantir que todas as urnas de atos eleitorais passarão a ser dispostas em locais acessíveis em todas as freguesias do Concelho. -----

2. Que este compromisso tenha efeito imediato para as próximas Autárquicas de 2017, tornando-se prática e regra vitalícia.” -----

-----  
Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dar nota que iria votar favoravelmente todas as recomendações em discussão, e que queria tecer alguns comentários em relação a algumas delas. -----

Aludindo à recomendação sobre a recolha do lixo disse ser entendimento da CDU que,





pagando todos os cidadãos os mesmos impostos devem ter acesso aos mesmos direitos bem como serem tratados de forma igual. -----

Referiu que o Município deve ir além da recolha do lixo ser feita, em todas as freguesias, 4 dias por semana, salientando que o projeto da compostagem deve ser reativado porque são produzidas muitas toneladas de lixo por semana o que, para além do custo que traz para o Município, acarreta custos para o Ambiente e para o bem-estar dos cidadãos, comentando que se a situação continuar da mesma forma tornar-se-á, dentro de anos, insustentável. -----

Disse que tendo o Município áreas urbanas, semiurbanas e rurais, o projeto da compostagem será essencial, principalmente nos meios rurais e semiurbanos porque, aí, as pessoas geralmente têm jardins e quintais e podem usar a compostagem para adubar as suas terras, reduzindo assim a tonelagem de lixo produzida. -----

Fez sobressair que é preciso haver condições para que as pessoas separem o lixo e, no entender da CDU, é preciso haver um incentivo, dando nota que uma das propostas pela qual a CDU se iria debater, no próximo mandato, é no sentido de que os cidadãos feirenses que fizerem a separação do lixo sejam beneficiados por isso. Realçou que muitos feirenses se questionam porque não de separar o lixo se continuam a pagar os mesmos impostos e se tal serve apenas para dar lucro a uma empresa, fazendo sobressair que o lixo é uma economia e que muita gente ganha dinheiro à custa do lixo. -----

Referiu a título de exemplo que, no distrito de Dortmund, na Alemanha, foram distribuídos contentores pelos munícipes e que estes pagam mais ou menos impostos consoante o lixo que produzam, salientando que esse é um método mas que outros podem ser usados, como o uso de cartões eletrónicos que quantificam o lixo que cada cidadão deposita nos locais para o efeito. Disse que apesar de tal situação poder parecer utópica, até por ser cara, já está a ser feita em alguns sítios, reafirmando que a CDU tem a intenção de que, no município de Santa Maria da Feira, se arranque com um projeto piloto para que se afira a melhor solução para que se passe a produzir menos lixo e, desse modo, tornar o Município mais sustentável. -----

Em relação à recomendação sobre o Transfeira disse que a CDU considera tratar-se de um serviço que deve ser alargado a todo o Município, ressaltando que Santa Maria da Feira é um município que evoluiu, nas últimas décadas, sempre na perspetiva do transporte privado e que praticamente não tem transportes públicos. Referiu que, quanto ao que realmente se entende por transportes públicos, o Município apenas tem o comboio e o Transfeira e que o resto são



entidades privadas que prestam o serviço de transporte, usando muitas vezes a rede de transporte escolar para fazer o transporte dos cidadãos.-----

Salientou que a população está a envelhecer a olhos vistos e, por via disso, padecer de mais dificuldades de mobilidade, deixando até de poder conduzir a sua viatura, acrescentando que, por outro lado, existe uma faixa etária de jovens que não têm carta de condução e, portanto, não podem conduzir, pelo que entende que o Transfeira deve ser alargado, ao longo dos anos, para chegar a todas as freguesias do Concelho.-----

Fez notar que ocorrem na sede do Município várias atividades culturais relevantes, como o Imaginarius, a Viagem Medieval e a Festa das Fogaceiras, mas que os cidadãos que estão na periferia não têm como chegar a tais eventos devido há falta de transportes públicos, pelo que considera que a Câmara devia patrocinar e promover a deslocação dessas pessoas, via transportes públicos, para que possam estar nesses eventos. -----

Prosseguiu dizendo que a Linha do Vouga foi posta um pouco de parte aquando do crescimento urbano do Município mas que deve ser reintegrada, reabilitada e promovida, dizendo saber que a Linha do Vouga não é da competência da Câmara mas que esta deve trabalhar para que a mesma volte a ser tida em consideração. -----

Ainda no âmbito do assunto referiu não se poder esquecer que o município de Santa Maria da Feira faz parte da Área Metropolitana do Porto, pelo que talvez fosse necessário repensar os transportes públicos a sul do Douro tendo em consideração esse facto. -----

Em relação à recomendação apresentada pelo grupo municipal do PS disse que a mesma tem a total concordância da CDU, ressaltando ser sabido que, há 4 anos, houve problemas ao nível de algumas urnas de voto, nomeadamente em Fiães, em que uma urna saiu da sala de voto, fazendo notar que tal é proibido por lei. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Filipe Moreira fez notar que deve ser feito um esforço, por parte de todos os envolvidos nas eleições, para evitar que tais constrangimentos se repitam.-----

-----  
Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que, começando por aludir à recomendação para que o Transfeira sirva todo o Concelho, disse que o CDS-PP é favorável à estruturação de um plano estratégico para a mobilidade que seja diferenciador para o Concelho e que não utilize apenas o Transfeira como solução. Referiu que, no entender do CDS-PP, é preciso ter



*[Handwritten signatures and initials]*

uma visão de futuro que enquadre o Concelho e também a Região, que é dessa forma que o assunto tem que ser pensado e executado, pelo que, por essa razão, iria votar contra essa recomendação porque considera que o Transfeira não se compagina com a solução que deve ser desenvolvida e aplicada. -----

Em relação à recomendação sobre os lugares de estacionamento para pessoas com deficiência disse que a iria votar a favor. Referiu haver uma nova visão que foi instituída pela Lei n.º 48/2017, de 7 de julho, salientando que essa lei impõe que as entidades públicas tenham soluções para todos os cidadãos, entre os quais aqueles que têm défice de mobilidade, e outros défices, frisando ser muito importante que se respeite e se aplique essa legislação. -----

Quanto à recomendação sobre a recolha do lixo referiu que, independentemente de considerar que existem freguesias que estão ligeiramente diminuídas em relação à sede do Concelho e a outras freguesias, também considera que é preciso ter em atenção o lixo que é gerado pelas pessoas das diferentes freguesias. Disse que para umas freguesias seria suficiente a recolha ser feita 3 dias por semana, noutras 4 e, eventualmente, outras precisariam que se efetuasse 5 dias por semana, ressaltando contudo que, independentemente disso, iria acompanhar a recomendação porque considera que a recolha ser feita 2 dias por semana não é suficiente.-----

No respeitante à recomendação pelo fim das barreiras arquitetónicas nas piscinas municipais, disse ser mais uma situação que deve ser refletida porque é fundamental que haja equidade entre todo e qualquer cidadão, sublinhando não ser compaginável que existam cidadãos, em Portugal, que não tenham as mesmas soluções. Quanto às soluções apontadas na recomendação referiu que a implantação de elevadores de acesso às bancadas e aos diversos equipamentos existentes nas piscinas poderá ser, devido até a questões estruturais do edifício ou outras barreiras físicas, bastante complicado de executar, pelo que aquilo que entende é que deve ser pensada uma solução que minimize ao máximo as barreiras arquitetónicas existentes, que impossibilitam que todas as pessoas estejam em igualdade. Frisou que, por essa razão, se iria abster, embora sem deixar de considerar que é uma questão relevante, que tem de ser repensada para, pelo menos, diminuir até ao limite tais barreiras.-----

Concluindo a sua intervenção aludiu à recomendação do PS para dar nota que a iria acompanhar porque, tal como já mencionou, considera que todo e qualquer cidadão em Portugal tem que estar em equidade e igualdade. -----

-----  
-----



Interveio o membro *José Leão* (PSD) que, começando por aludir à recomendação relativa aos lugares de estacionamento para pessoas com deficiência, disse ser da opinião que a Câmara tem atuado muitíssimo bem e que esses lugares têm surgido à vista de todos, inclusive alguns com a identificação da matrícula, para que as pessoas tenham a possibilidade de estacionar junto à porta de casa. Disse que vê essas situações todos os dias e que tem pena que outras pessoas não as vejam, reafirmando que a Câmara tem feito bastante trabalho nesta área. -----

Sobre o fim das barreiras arquitetónicas nas piscinas municipais, disse achar incrível que se venha propor que se coloquem elevadores para acesso às bancadas nas piscinas quando o município de Santa Maria da Feira até é exemplo, a nível nacional, na questão do desporto adaptado, e tem dado provas de estar muito sensível às pessoas com deficiência e a tratá-las, não de igual forma, mas, em muitos casos, dando-lhes prioridade. Realçou que essa recomendação tem mais a ver com algo relacionado com a pré-campanha eleitoral do que propriamente querer resolver problemas. -----

Em relação a fazer com que o Transfeira sirva todo o Concelho, referiu que tal recomendação só pode ser feita por quem não conhece o concelho de Santa Maria da Feira, fazendo notar tratar-se de um concelho que tem 1400 km de estrada, que tem muitos quilómetros quadrados de área e que não é como o concelho de São João da Madeira em que, andando-se dois minutos para um lado e para o outro se percorre todo o concelho. -----

Realçou que o assunto dos transportes, tal como o da mobilidade, tem que ser tratado de forma integrada, apurando-se as necessidades e vendo qual é a oferta, seja pública ou privada, bem como os respetivos custos. Disse que as pessoas não imaginam quanto seria preciso gastar, do orçamento municipal, para levar o Transfeira a todo o Concelho uma ou duas vezes por dia, comentando que, para além do custo, serviria poucas pessoas dado que os horários não seriam, certamente, os mais aconselháveis precisamente porque o Transfeira teria de percorrer todo o Concelho. -----

Salientou que apesar do Transfeira prestar um serviço público nunca o viu transportar mais de 3 ou 4 pessoas e que o vê passar todos os dias, comentando ser preciso olhar para a realidade e que talvez ficasse mais barato a Câmara pagar táxis a quem precisasse. Ainda sobre esta recomendação, reafirmou que a mesma só poderia vir da parte de alguém que não conhece o Concelho, mas que não ficou admirado ao ver o Moisés Ferreira tentar utilizar, em Santa Maria da Feira, medidas que são mais ajustadas ao território onde vive, ou seja, São João da



Madeira. -----

Em relação à recomendação para aumentar a recolha do lixo em todo o Concelho, disse ter discutido o assunto com pessoas muito mais conhecedoras do assunto e que ficou a saber que cidades bem evoluídas da Europa, de sociedades bem ricas, não têm mais do que 2 dias de recolha do lixo por semana. Referiu que não saber que a Câmara Municipal apostou em ter ecopontos em todo o Concelho, como os que tem, e que apostou na recolha seletiva, é não conhecer o concelho de Santa Maria da Feira. -----

Sobre a recomendação apresentada pelo PS disse também defender que todas as pessoas têm o direito a exercer o direito de voto com toda a dignidade e em igualdade de circunstâncias. Disse reconhecer que, em Fiães, há um caso em que uma ou duas mesas de voto estão localizadas no 1.º andar, dificultando o acesso das pessoas para puderem votar, mas que não se pode generalizar porque a esmagadora maioria das mesas de voto, em todo o Concelho, são de fácil acesso. -----

Concluindo a sua intervenção o membro José Leão deu nota que, pelas razões que explicou, o grupo municipal do PSD iria votar contra todas as recomendações. -----

Interveio a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) para manifestar a posição do grupo municipal do PS em relação às recomendações apresentadas pelo BE. -----

Sobre a recomendação respeitante ao fim das barreiras arquitetónicas nas piscinas municipais, assim como a relativa aos lugares de estacionamento para pessoas com deficiência, realçou que, tal como dito pela Lia Ferreira, tais situações não afetam somente as pessoas que andam em cadeira de rodas por uma determinada circunstância, mas que afetará a todos porque a condição física de toda a gente vai-se deteriorando, daí costumar-se dizer que quem não morre de novo de velho não escapa. -----

Realçou que, felizmente, o sistema nacional de saúde permite às pessoas viverem cada vez mais tempo, pelo que, até por isso, é preciso criar as condições para que todos possam, em pé de igualdade, usufruir dos direitos que têm, considerando ser uma exigência civilizacional que todos trabalhem nesse sentido. -----

Recordou que o decreto-lei de 2006 revogou um outro publicado em 1997, pelo que em 1997 já existia legislação no âmbito da matéria, salientando não compreender a posição assumida pelo grupo municipal do PSD, de querer que continuem a existir mesas de voto sem as



Handwritten marks and signatures in the top right corner.

condições necessárias para que todos estejam em pé de igualdade, acrescentando que só compreendia tal posição num quadro de uma prática que tem sido reiterada por esse grupo municipal nesta Assembleia, ou seja, a de reprovar tudo aquilo que, de um modo geral, é apresentado pelos partidos da oposição. -----

Relativamente à recomendação para que o Transfeira sirva todo o Concelho disse que o grupo municipal do PS tem uma visão muito clara sobre essa matéria, ou seja, a de que efetivamente haja uma rede de transportes públicos em todo o Concelho, que sirva toda a população em pé de igualdade. Recordou que essa promessa constou do programa eleitoral do PSD, nas últimas eleições autárquicas, de que existiria, em 4 anos, uma rede de serviços de transportes pelo Concelho, frisando que essa promessa não foi cumprida tal como não foi cumprida a promessa de que seriam feitos, no Concelho, dois centros coordenadores de transportes. -----

Disse faltar no Concelho uma política de mobilidade e dos transportes, salientando que quem o governou durante 40 anos não foi capaz de a construir, mas que o PS a quer construir porque considera ser uma verdadeira necessidade, seja no modelo de Transfeira, seja no modelo de articulação com os operadores existentes no terreno, seja noutra que for trabalhado e que integre todos os modos de transporte, desde o ferroviário aos modos suaves de transporte. -----

Referiu que, portanto, o grupo municipal do PS apoia essa recomendação porque entende que a população também quer o mesmo, ou seja, também quer que exista mobilidade e transporte para todo o Concelho. -----

Sobre a recomendação para aumentar a recolha de lixo em todo o Concelho realçou que essa questão tem que estar integrada, necessariamente, num sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos, recordando ser uma matéria que consta da Ordem do Dia da presente sessão, por solicitação do grupo municipal do PS, pelo que seria oportunamente discutida. -----

Disse não poder haver feirenses tratados de forma desigual, com a recolha do lixo a ser feita 2, 3 ou 4 dias por semana, realçando que o ideal seria que não existisse qualquer dia para a recolha pois significava que todas as pessoas estavam a separar todos os resíduos recicláveis e a compostar todos os orgânicos. -----

Concluindo a sua intervenção disse que esse dia há de chegar, caso se trabalhe para isso, mas que enquanto tal não acontece os feirenses não podem ser tratados de forma desigual, pelo que o grupo municipal do PS também votaria a favor essa recomendação. -----



Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dar nota que iria votar favoravelmente a recomendação do PS porque acredita que todas as pessoas devem ser tratadas de forma igual, principalmente no momento do voto.-----

Em relação à afirmação do membro José Leão de que a Câmara tem feito muito pelas acessibilidades para as pessoas com deficiência, nomeadamente na disponibilização de lugares de estacionamento para essas pessoas, referiu que aquilo que se vê no território é, na verdade, a insuficiência desses lugares.-----

Disse que esperava que esta recomendação que apresentou, referente à criação de lugares de estacionamento para pessoas com deficiência, fosse merecedora de unanimidade dado estar em causa uma coisa muito simples, que é a Câmara Municipal diligenciar junto das instituições públicas, em que algumas é ela própria, para ter à porta e com a melhor acessibilidade lugares de estacionamento para pessoas com deficiência. Referiu não perceber qual a razão para o PSD ter reagido da forma que reagiu, ou seja, contra esta recomendação do BE, recusando garantir melhores acessibilidades às pessoas com deficiência, ainda mais quando é sabido o litígio que existe entre a Câmara Municipal e a empresa privada que está a explorar o estacionamento pago na cidade de Santa Maria da Feira.-----

Em relação à afirmação do membro José Leão sobre o Transfeira, referiu não ter percebido se o mesmo estava a propor o fim do Transfeira. Sobre a afirmação daquele membro de que nunca viu o Transfeira transportar mais de 3 ou 4 pessoas, questionou se o mesmo nunca havia pensado que tal podia ser consequência de o Transfeira não fazer ligações à maior parte das freguesias do Concelho. Salientou que, provavelmente, as ligações que são feitas não vão ao encontro das necessidades da população, pelo que talvez fosse conveniente mudar a forma como o Transfeira funciona para que passe a transportar mais pessoas.-----

Sobre a recolha do lixo sublinhou que, no entender do BE, se todos os feirenses pagam os mesmos impostos devem ter os mesmos serviços, realçando não ter percebido, das palavras do membro José Leão quando disse que há cidades muito desenvolvidas onde a recolha só é feita 2 dias por semana, se com isso o mesmo estava a querer dizer que a freguesia sede do Município é menos desenvolvida dado que a recolha é feita 4 dias por semana.-----

Concluindo referiu que caso o membro José Leão conhecesse o Concelho, e se falasse com as pessoas como o BE fala, perceberia que, na maior parte das freguesias, uma das coisas que as pessoas mais reclamam é a recolha do lixo só ser feita 2 dias por semana, frisando não haver



razão nenhuma para que exista tal diferença de tratamento.-----

-----  
Posto isto, e após verificar que o Sr. Presidente da Câmara não quis usar da palavra em relação às recomendações, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a votação os documentos a seguir identificados, tendo-se verificado os seguintes resultados:-----

– *Recomendação apresentada pelo membro Lia Ferreira (PS) intitulada “Autárquicas 2017”:*

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor (PS: 14, CDU, BE, CDS-PP, IND.), 27 votos contra (PSD) e 2 abstenções (PS – Feliciano Pereira e Maria Manuela Teixeira), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

-----  
– *Recomendação apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “Fim das barreiras arquitetónicas nas piscinas municipais”:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 16 votos a favor (PS: 14, CDU, BE), 28 votos contra (PSD: 27, IND.) e 3 abstenções (CDS-PP, PS: 2 – Feliciano Pereira e Maria Manuela Teixeira), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

-----  
– *Recomendação apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “Lugares de estacionamento para pessoas com deficiência”:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor (PS: 15, CDU, BE, CDS-PP), 27 votos contra (PSD) e 2 abstenções (IND., PS: 1 – Feliciano Pereira), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

-----  
– *Recomendação apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “Aumentar a recolha de lixo em todo o Concelho”:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor (PS: 14, CDU, BE, CDS-PP), 26 votos contra (PSD) e 4 abstenções (IND., PSD: 1 – Armando Teixeira, PS: 2 – Feliciano Pereira e Maria Manuela Teixeira), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----





– *Recomendação apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “Fazer com que o Transfeira sirva todo o Concelho”*:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 15 votos a favor (PS: 13, CDU, BE), 28 votos contra (PSD: 27, CDS-PP) e 4 abstenções (IND., PS: 3 – Feliciano Pereira, Valdemar Silva e Maria Manuela Teixeira), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

De seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia*, uma vez não esgotado o tempo regimental estabelecido para este Período de Antes da Ordem do Dia, abriu as inscrições para o caso de algum membro querer intervir para, por exemplo, colocar alguma questão à Câmara. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Filipe Moreira.-----

*Entrou a deputada municipal Adriana Cardoso*.-----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que a presente sessão é ingrata e, por outro lado, satisfatória, ressaltando ser ingrata porque, estando-se num período pré-eleitoral, tudo o que fosse dito podia ser interpretado como campanha eleitoral, salientando ser sabido que as coisas que são ditas em campanha não são muito levadas a sério, pelo menos pelos cidadãos.-----

Referiu que, por outro lado, é uma sessão satisfatória porque, sendo o final de um mandato de 4 anos, era altura para fazer um balanço. Disse que alguns aspetos foram bastante positivos, mencionando, como exemplos, a saída da gaveta do PDM e a devolução do Cineteatro António Lamoso à cultura e aos feirenses, estando a funcionar com sucesso.-----

Salientou que, contudo, outras questões ficaram por resolver, entre as quais a forma como a Câmara Municipal geriu a questão do estacionamento pago na cidade de Santa Maria da Feira, os abusos de poder por parte da Indaqua, a questão das montureiras que são transversais a quase todas as freguesias, a ausência parcial de transportes públicos em muitas das freguesias, tal como a não construção dos dois centros coordenadores de transportes, comentando que, mais uma vez, não saiu da gaveta essa promessa que é reiterada de 4 em 4 anos.-----

Disse ter havido uma valorização do desporto demasiado centrada no futebol quando é sabido que, no Município, existem outras práticas que também são muito apreciadas e concorridas,-----



como o ciclismo e o atletismo. Recordou que, no início do mandato, havia a perspectiva de o parque desportivo de Sanfins passar a ter uma pista de atletismo para receber competição e para ser usada pelos clubes de atletismo, mas que tal promessa não se efetivou. -----

Sobre as questões ambientais realçou que algumas delas foram parcialmente solucionadas, como a Pedreira das Penas, embora não tendo a CDU concordado totalmente com a solução que ali foi efetivada. Ressaltou que existem, no Município, outras pedreiras por resolver e muitas outras questões ambientais por resolver, recordando as descargas poluentes feitas nos rios, nomeadamente a que aconteceu no Rio Uíma. -----

Disse que, atualmente, o Concelho tem muitas estradas já alcatroadas mas que falta a sinalização horizontal e vertical em muitos pontos, fazendo sobressair que o Concelho tem muitos pontos negros no que à questão do tráfego diz respeito. -----

Mencionou que ainda existem muitos problemas de mobilidade, que ainda existem algumas escolas a usarem contentores, nomeadamente a escola do Cavaco, e que há uma falta de planeamento da Câmara que tem levado a que esta tenha abusado da adjudicação por ajuste direto. -----

Prosseguindo a sua intervenção referiu que, tratando-se da última sessão do mandato, considerava importante que fossem lançadas as bases para o próximo, salientando que um dos pontos de luta será a precariedade no trabalho e que espera que tal luta venha a ser transversal a todos os partidos. Referiu que a redução do desemprego verificada no Concelho é muito fruto da conjuntura nacional e internacional, acrescentando que, contudo, ainda existe muita precariedade no trabalho, que esta continua a aumentar, pelo que, certamente, será uma luta a ter no próximo mandato. -----

Salientou que mesmo que não venha a ser eleito continuará na política ativa e continuará a lutar para que a Assembleia Municipal esteja próxima dos cidadãos e para que se dê mais a conhecer o trabalho que é feito por este órgão autárquico. -----

Focou a necessidade de haver uma credibilização da política, salientando haver uma desacreditação dos partidos e dos políticos, haver a sensação de que os políticos são todos iguais, comentando que basta haver um ou outro caso de corrupção para que se generalize e se passe a ideia que são todos corruptos, que os partidos são todos iguais, parecendo haver uma crise de ideologia. Referiu que talvez os partidos tenham de repensar a sua própria atividade e passarem a seleccionar melhor as pessoas que colocam nos lugares elegíveis, não as



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

escolhendo só porque aparecem na televisão e porque dão votos, mas sim aquelas que têm um currículo profissional, que têm créditos dados, que têm vontade e capacidade para trabalhar.--- Disse que as pessoas precisam deixar de ser hipócritas, salientando ser sabido que muitos deputados vão para o barbeiro dizer que vêm para esta Assembleia apenas para levantarem o dedo e para receberem os 76 euros de senha de presença, frisando que são acontecimentos desses que descredibilizam a política.-----

Concluindo disse esperar que a campanha eleitoral, para as próximas eleições autárquicas, seja limpa, que haja um confronto de ideias feito de forma limpa e sincera, esperando que o próximo mandato seja muito proficuo na solução dos problemas dos feirenses. -----

-----  
Usou da palavra a deputada municipal *Maria Oliveira* (PS) que leu documento que disponibilizou e cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Sendo esta a última Assembleia Municipal deste mandato, é chegada a altura de fazer o balanço daquilo que foi o exercício do poder por parte do executivo PSD nos últimos 4 anos.-- Sendo assim, cabe-me abordar 4 pontos em particular de grande relevância para a União de Freguesias de Caldas de S. Jorge e Pigeiros e cujo desenvolvimento depende, não só da Junta de Freguesia, mas também da vontade política da Câmara Municipal. -----

Como é do conhecimento de todos, uma das bandeiras eleitorais do PSD desde há 4 anos, quer ao nível da candidatura à União de Freguesias quer ao nível da candidatura à Câmara Municipal, foi a promessa da projeção e construção de um hotel de 4 estrelas na envolvente das termas de Caldas de S. Jorge. O terreno foi vendido a um particular a preço simbólico, o projeto foi publicado e, para além da construção do hotel, incluía também a requalificação de uma zona que está desde há anos dotada ao completo abandono. Continuamos a ter na envolvente das Termas, que são consideradas a princesa de Portugal, dois monstros em ruínas: a casa da Pines e a antiga fábrica de puericultura Fabruíma. Trata-se de duas estruturas que se encontram a cair aos bocados e que para além de serem uma nódoa paisagística, representam perigo.-----

Segundo o atual presidente de Junta da União de Freguesias e do próprio proprietário, previa-se que a construção deste empreendimento se iniciasse em 2015 e que, em 2016, já estaria em funcionamento. Ora, passados 4 anos, o que foi concretizado? Não há vislumbre de hotel, nem tão pouco uma solução para os dois edificios que mancham uma zona única no



concelho. -----

Bem sabemos que se trata de investimento que depende da iniciativa de privados mas também não nos esquecemos que foi a grande bandeira hasteada em campanha pelo PSD e, portanto, neste momento há respostas que devem a Pigeiros e Caldas de S. Jorge: -----

- Fimdo o prazo previsto em concurso para a construção do hotel, o que aconteceu ou vai acontecer ao terreno? Ainda está na posse do proprietário António Almeida ou a Câmara já o retomou?-----

- Fala-se que há novos investidores interessados. Qual é o ponto de situação?-----

A Zona Desportiva do Barreiro em Pigeiros foi uma obra iniciada pelo executivo da anterior Junta de Freguesia de Pigeiros com inteira assunção de responsabilidade financeira por parte da Câmara Municipal. Depois de várias alterações, o projeto previa a construção de um polidesportivo, um campo de futebol e os respetivos balneários. Neste momento, existe apenas o polidesportivo, uns balneários em fase de pedreiro há 4 anos e uma zona escavada com uns montes de terra onde seria o campo de futebol. Inclusivamente, já houve situações de vandalismo. Este é mais um caso de centenas de milhares de euros do nosso dinheiro completamente atirados ao lixo pois, para além de falhas no planeamento, houve falta de vontade política em tirar partido de um investimento que existe e que não tem qualquer utilidade.-----

Centro Cívico Feliciano Martins Pereira – este empreendimento tem graves problemas ao nível da drenagem de águas: parte do piso está levantado, as paredes estão cheias de humidades e, inclusivamente, quando chove, cai água do telhado. Estamos a falar de um edifício com 4 anos que tem um aspeto interior de 15 ou 20 anos. Há, portanto, falhas na construção e a Câmara Municipal, como entidade fiscalizadora, não foi capaz de acautelar esta situação nem tão pouco utilizar os prazos de garantia que, aliás, estão a terminar, para, de uma vez por todas, chamar os empreiteiros à responsabilidade e resolver as falhas de construção. 4 anos e nada resolvido. -----

Por último, a rotunda de acesso à A32 em Pigeiros é uma das principais entradas na União de Freguesias e é, ao mesmo tempo, uma das maiores vergonhas que temos no nosso território. Esta também foi uma bandeira na anterior campanha eleitoral do PSD mas o certo é que a rotunda continua exatamente igual desde há 4 anos: cheia de silvado, sem qualquer tipo de requalificação e embelezamento. Sendo este um dos cartões de visita da União de Freguesias,



e até a maior rotunda do concelho, os pigeirenses e os caldenses questionam-se porque razão é que não há tratamento igual a outras rotundas semelhantes como é o caso do acesso à A32 por Canedo que denota-se que teve um grande investimento? -----

Posto isto, resta-me desejar que alguns destes problemas sejam resolvidos nas obras que, com certeza, ainda serão realizadas durante o mês de setembro. Oxalá isso aconteça.” -----

-----  
Interveio o membro **Moisés Ferreira (BE)**, dizendo que queria fazer algumas questões ao Sr. Presidente da Câmara. -----

Referiu que, na anterior sessão realizada por esta Assembleia, questionou ao Sr. Presidente da Câmara qual a razão para o Município não ter apresentado candidatura para a constituição de uma equipa de sapadores florestais no Município, ao que este respondeu dizendo que não tinha conhecimento dessa candidatura. Sobre isso, deu nota que esteve aberto um concurso para a constituição de 20 equipas, que houve vários municípios que concorreram, inclusive do distrito de Aveiro, mas que Santa Maria da Feira não apresentou candidatura, dizendo considerar isso estranho tendo em conta a área florestal e o número de ignições ocorridas Município. Nessa medida, voltou a questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre esse assunto, perguntando-lhe se já sabia qual a razão para o Município não se ter candidatado. -----

Ainda no âmbito da proteção civil, perguntou qual a razão para continuarem a existir zonas industriais que não têm bocas-de-incêndio, ou que as têm em número insuficiente. Questionou, também, para quando a criação de cartas de risco para essas zonas industriais, para que os bombeiros saibam com o que vão contar quando forem chamados a combater algum incêndio nessas zonas industriais. -----

Prosseguindo, disse que outra questão que queria colocar diz respeito à precariedade no Município. Salientou que o BE havia apresentado, recentemente, uma recomendação para que a Câmara Municipal pudesse, de alguma forma, mimetizar aquilo que está a ser feito a nível nacional, nomeadamente um processo de regularização de vínculos para combater a precariedade. Recordou que essa recomendação foi chumbada pelo PSD e que, na altura, foi dito que a Câmara Municipal não precisava de uma recomendação da Assembleia Municipal para o fazer, que o faria se quisesse. Salientou que, perante esse reconhecimento de que só depende da Câmara fazer esse combate, perguntava o que está a ser feito para combater a precariedade no Município, para combater o recurso a falsos estágios, para combater o recurso

---



a recibos verdes, para combater o recurso aos contratos de emprego-inserção que, basicamente, referem-se a desempregados que estão a trabalhar por pouco mais de 60 ou 70 euros para instituições públicas. Frisou que tal combate não deve ser apenas feito na própria Câmara Municipal mas também na empresa municipal Feira Viva, comentando que a empresa municipal recorre muito à contratação a recibos verdes.-----

Referiu que a última questão prende-se com os seguros que são feitos para os trabalhadores da autarquia, dando nota que o BE foi informado que o Município, portanto, a entidade empregadora, deu autorização à seguradora em causa para que esta possa aceder a informação muito sensível dos trabalhadores, designadamente informação de saúde. Frisou que a informação de saúde, para além de ser altamente sigilosa, é altamente valiosa nas mãos de uma seguradora, pelo que considera inexplicável que uma seguradora possa aceder a tal tipo de informação dos trabalhadores da Câmara Municipal, questionando o que está a ser feito para que tal situação não volte a acontecer.-----

Concluindo, disse que o BE também recebeu a informação que alguns trabalhadores, quando acontece algum acidente de trabalho e após serem encaminhados para essa seguradora, são depois despachados pela mesma sem nenhum reconhecimento da incapacidade que foi resultante desse acidente de trabalho, questionando ao Sr. Presidente da Câmara o que sabe sobre o assunto e o que está a ser feito para que tal não volte a acontecer.-----

-----  
Interveio o membro **Rui Ribeiro** (PSD) que começou por dizer que, tratando-se da última sessão do mandato, pretendia fazer, em representação do grupo municipal do PSD, um balanço dos 4 anos de desempenho desta Assembleia Municipal.-----

Referiu que, em primeiro lugar, queria dar os parabéns à Mesa, em particular ao Sr. Presidente da mesma, pelo modo exemplar, responsável e democrático como foram conduzidos os trabalhos, sempre na defesa dos interesses e da coesão do Município.-----

Disse que esta Assembleia é um exemplo a nível nacional, fazendo notar que, efetivamente, existiram picardias e que mal era se todos estivessem sempre de acordo, destacando o modo cordial com que funcionou este Órgão e o empenho dos seus membros para que assim fosse. --  
Salientou que as pessoas, efetivamente, não valorizam e até desconhecem o que é a Assembleia Municipal, e que isso talvez se deva aos membros desta porque não fizeram chegar às pessoas o quanto importante é este Órgão, deixando o repto aos próximos eleitos

---



para que façam chegar essa informação aos seus eleitores.-----

Prosseguindo, disse também querer parabenizar a Câmara Municipal pelo desempenho tido ao longo deste mandato, ressaltando ser óbvio que ainda há muito para fazer e que se assim não fosse a Câmara não seria necessária, mas que as grandes bandeiras que defendeu para o Município e para este mandato foram, na prática, cumpridas. -----

Referiu que, no que respeita ao equilíbrio financeiro, o Município é um exemplo a nível nacional.-----

Quanto ao apoio ao desporto disse que foi feito mais do que aquilo que se perspectivava.-----

Sobre a reabilitação da rede viária disse que a obra está realmente em curso, comentando ter ouvido algumas afirmações proferidas por alguns candidatos às juntas de freguesia que demonstram que não conhecem o Concelho, ou que apenas conhecem meia dúzia de ruas do Concelho.-----

Concluindo reafirmou haver muita coisa a fazer no Município, pelo que fica a aguardar que a Câmara Municipal, no próximo mandato, continue da mesma forma, correta e rigorosa, a concretizar as atividades que tem em carteira.-----

-----  
Interveio o membro **Ricardo Santos** (PS) para questionar qual a razão para não terem sido resolvidos os problemas dos acessos à zona industrial do Monte Grande, em Fiães.-----

-----  
Interveio o membro **Fernando Moreira** (PSD) que começou por dizer que, ao ter visto o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2016, entendeu que deveria, nesta última sessão do mandato, fazer uma intervenção sobre o assunto uma vez que, ao longo de muitos anos, foi uma das pessoas que deu o corpo às balas quando toda a gente criticava a situação financeira da Câmara. -----

Referiu não se tratar de um documento qualquer, mas sim um documento elaborado com o apoio da Ordem dos Contabilistas Certificados, do Tribunal de Contas, do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave – Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade, e da Universidade do Minho – Centro de Investigação em Ciência Política, e que só por isso falava dele. -----

Deu nota que tal estudo dividiu os municípios tendo em conta a sua dimensão, dividindo-os em grandes, médios e pequenos, tendo sido analisados 10 indicadores, designadamente o

---



índice de liquidez, o resultado operacional deduzido de amortizações e provisões sobre os proveitos operacionais, o peso do passivo exigível no ativo, o passivo por habitante, a taxa de cobertura financeira da despesa realizada no exercício, o prazo médio de pagamentos, o grau de execução do saldo efetivo, o índice da dívida total, o grau de execução da despesa relativamente aos compromissos assumidos, e os impostos diretos por habitante.-----

Frisou que, analisados esses 10 indicadores, o município de Santa Maria da Feira é o 6.º município português entre os de grande dimensão, tendo obtido 1242 pontos, informando que o 1.º classificado é o município de Sintra, com 1531 pontos. -----

Disse que tal facto o deixa extremamente satisfeito, comentando não poder deixar de dar os parabéns ao atual executivo que, continuando um trabalho que vinha de trás, teve um papel preponderante, em termos financeiros, para o Município, bem como parabenizar os anteriores autarcas que iniciaram esse trabalho.-----

Concluindo, desejou que a campanha para as próximas eleições autárquicas decorra da forma como normalmente acontece no Concelho, ou seja, com civilidade, com educação, em que cada um preste os melhores esclarecimentos, e que no próximo mandato os eleitos tenham êxito porque isso significa o tudo de bom para o Concelho e para os seus munícipes, sublinhando ser isso o fundamental.-----

-----  
Interveio o membro *José Leão* (PSD) que começou por referir que queria, também, fazer um balanço muito sintético aos 4 anos do mandato.-----

Disse que, reforçando o proferido pelo membro Fernando Moreira, lembrava a visão catastrófica que o PS augurava há 4 anos, quando dizia que a Câmara, com a situação financeira que tinha, ia ter um futuro, a curto e médio prazo, desastroso.-----

Recordou que, há 4 anos, a campanha baseou-se essencialmente nesse aspeto, ou seja, que o PSD não sabia governar a Câmara, que estava a conduzir o Concelho para o abismo, salientando, sobre isso, que o resultado do trabalho feito pelo PSD está à vista, conduzindo o município de Santa Maria da Feira ao 6.º lugar a nível nacional.-----

Aconselhou à candidata Margarida Gariso a refletir, dizendo-lhe ser melhor assentar ideias sobre realidades do que andar a imaginar problemas que, depois, resultam em problemas redobrados para a própria Margarida Gariso. Comentou que a Margarida Gariso defendeu esse cenário do abismo de forma afincada, resultando a que, depois, dois dos elementos da lista do





PS a tivessem abandonado porque verificaram que a gestão da Câmara era correta e ia no sentido certo, comentando que a prova disso é que Santa Maria da Feira está em 6.º lugar a nível nacional. Referiu que quem percebia de gestão e quem sabia o que era gerir não podia concordar com a opinião e com a diretiva política do PS, de dizer que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira ia direta ao abismo. -----

Salientou que a Câmara de Santa Maria da Feira, em termos financeiros e noutros, como na questão social, tem sido um exemplo a nível nacional, pelo que não vale a pena mentir porque, mais tarde ou mais cedo, vem-se a comprovar o contrário. -----

Concluindo referiu estar manifestamente bem provado que as visões do PS, de há 4 anos, foram o antagonismo do que foi conseguido, do êxito que foi alcançado. -----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente Câmara* que, começando por aludir ao proferido pelo membro Filipe Moreira, disse que o mesmo fez um apanhado parcial porque não referiu muitas das coisas importantes que foram feitas, como o combate ao desemprego, a internacionalização da cultura, o reconhecimento internacional dos eventos e das gentes do Concelho. Frisou que, para além da Pedreira das Penas, foi reabilitada as pedreiras de Lourosa e a zona desportiva envolvente, focando que agora aquele é um espaço de excelência, fazendo sobressair que o Concelho tem cerca de 20 parques verdes. -----

Salientou que, na área do desporto, foram feitos 2 pavilhões e que um outro está em vias de ser concluído, sublinhando ainda o grande investimento que a Câmara fez na reabilitação da rede viária. -----

Disse que essas são muitas das coisas que foram feitas, que outras ainda estão por fazer, destacando ser preciso ter a consciência que, quer estando na Câmara 4, 8, 20 ou 30 anos, vai haver sempre coisas novas para fazer porque a sociedade vai evoluindo, salientando ser da opinião que o saldo deste mandato é positivo. -----

Sobre as questões colocadas pela deputada municipal Fátima Oliveira informou, quanto à questão da construção de um hotel na envolvente das Termas de S. Jorge, que efetivamente a Câmara deliberou a venda do terreno, a preço simbólico, a um investidor, o Sr. António Almeida, ficando este com o compromisso de construir ali um hotel num prazo de 4 anos. Referiu que tal construção não se concretizou, pelo que a Câmara reuniu com o investidor para saber da sua intenção, sublinhando que o desejo da Câmara é que ele construa o hotel e



não ficar com o terreno. Deu nota que o investidor teve um problema de saúde e que, se o mesmo quiser avançar com o hotel, então que a Câmara poderá prorrogar o prazo para a construção do mesmo, reafirmando que o interesse da Câmara é que o hotel venha a ser construído. Frisou que, caso o Sr. António Almeida não tencione avançar com a construção, então que a Câmara está recetiva para ouvir outros investidores eventualmente interessados em construir o hotel. -----

Em relação às questões sobre a zona desportiva em Pigeiros, o Centro Cívico Feliciano Martins Pereira e a rotunda de acesso à A32, também em Pigeiros, disse registar essas situações, comentando que tais questões serão, certamente, solucionadas, mas que tais obras não serão feitas em setembro porque, como é sabido, as regras da contratação pública não o permitem. -----

Quanto às questões colocadas pelo membro Moisés Ferreira salientou, sobre a questão dos sapadores florestais, que a Câmara não tem sapadores florestais, dando nota da existência, no território, de uma equipa de sapadores da Associação Florestal de Entre Douro e Vouga e que, além dessa, cada uma das três Associações Humanitárias de Bombeiros do Concelho tem uma equipa de intervenção permanente, de 5 elementos cada, explicando tratar-se de uma parceria com a Autoridade Nacional de Proteção Civil em que a Câmara paga metade do salário de cada um desses elementos. -----

Sobre a questão da falta de bocas-de-incêndio nas zonas industriais disse que tal não corresponde à verdade, informando que ele próprio questionou a Indaqua se havia algum problema nesse âmbito, que o assunto foi falado com os Bombeiros e que não foi levantado qualquer problema, pelo que essa situação está a ser cumprida. -----

Relativamente à questão da precariedade disse não existir precariedade na Câmara Municipal, ressaltando que os contratos de emprego-inserção já vêm de sucessivos governos e visam ocupar as pessoas desempregadas. Referiu também não defender a precariedade, que defende o trabalho com direitos, comentando, contudo, que há situações de trabalho temporário, em que é preciso uma pessoa para fazer uma determinada tarefa durante, por exemplo, 2 horas diárias, e que não pode contratá-la a tempo inteiro porque isso seria desperdiçar dinheiro público, sublinhando que cada caso é um caso. -----

Sobre a seguradora ter acesso a informações pessoais sensíveis dos trabalhadores, disse desconhecer essa situação mas que seria averiguada. Referiu achar muito estranho que tal



situação tivesse acontecido, salientando que a seguradora só intervém quando lhe é feita uma participação de acidente de trabalho e que não tem acesso ao cadastro do trabalhador. Disse que quando há um acidente de trabalho os trabalhadores são encaminhados para o médico, e que o médico tem deontologia profissional, comentando não ver um médico ter um comportamento diferente perante um doente pelo facto de trabalhar num hospital, num centro de saúde ou para uma seguradora. -----

Concluindo, aludiu à questão colocada pelo membro Ricardo Silva sobre os acessos à zona industrial de Fiães, para informar que essa situação envolve a negociação de terrenos privados e que ainda não foi possível resolver essa questão. -----

*Sairam os membros José Leão, Armando Teixeira e Valdemar Silva.* -----

#### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

**1 – Atas:**-----

**- Ata n.º 21 – Sessão Ordinária de 7 de abril de 2017**-----

**- Ata n.º 22 – Sessão Ordinária de 26 de junho de 2017**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* informou que apenas seria submetida a apreciação dos Srs. membros a ata n.º 21, referente à sessão ordinária de 7 de abril de 2017, informando que a ata n.º 22, relativa à sessão ordinária de 26 de junho de 2017, não ficou pronta para ser presente nesta sessão, pelo que previsivelmente seria submetida a apreciação e votação da Assembleia na próxima sessão, eventualmente já no próximo mandato. -----

Posto isto, submeteu a apreciação dos membros a ata n.º 21 que lhes foi previamente enviada, e, verificando que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor da mesma, submeteu-a, de seguida, a votação. -----

**- Ata n.º 21 – Sessão Ordinária de 7 de abril de 2017**-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 36 votos a favor e 9 abstenções (Feliciano Pereira, Margarida Alfama, Ricardo Santos, José Castro, Manuel Pereira dos Santos, Alcino Monteiro, José Carlos Silva, Sebastião Castro e Fernando Sousa Pinho), aprovar a Ata N.º 21, referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 7 de abril de 2017. -----



- Ata n.º 22 – Sessão Ordinária de 26 de junho de 2017 -----

Retirada da Ordem do Dia. -----

Reentrou o membro José Leão. -----

Saíram os membros José Castro e António Óscar Neves. -----

**2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município -----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em referência, constante do IV Relatório de 2017, informação escrita dada pelo Sr. Presidente da Câmara onde se sintetiza a atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, a listagem das obras e fornecimentos adjudicados, bem como uma análise síntese ao PAEL, documento oportunamente distribuído, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – submetendo-o, em seguida, a apreciação. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) para pedir alguns esclarecimentos relativamente a algumas das empreitadas e fornecimentos constantes da listagem de obras e fornecimentos adjudicados. -----

Disse que uma questão prendia-se com o contrato público que foi feito para o Transfeira mas que percebeu, pelo que foi falado no Período de Antes da Ordem do Dia, que esse serviço não vai ser alargado, comentando que se o mesmo não for extinto já não é mau e que essa seria, talvez, a vontade de alguns deputados municipais. -----

Sobre os 24.000 € para a revisão da Carta Educativa do município de Santa Maria da Feira questionou por que razão é que a Câmara fez a externalização desse serviço e a quem, salientando que Câmara tem quadros técnicos que, certamente, tem conhecimentos suficientes para fazer esse trabalho. -----

Referiu que colocava questão similar em relação aos 74.500 € gastos para a coordenação e elaboração de projetos de execução de arquitetura e caderno de encargos da obra de reabilitação e ampliação do edifício destinado a Arquivo Municipal, em Santa Maria da Feira, ou seja, qual a razão para a contratação externa e se os serviços municipais não conseguiriam fazer esse trabalho. -----



Concluindo questionou, aludindo à elaboração de projeto de execução para ligação de saneamento de edifícios escolares e de habitação social, quais são esses edifícios e por que razão ainda não estavam feitas tais ligações.-----  
-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por informar, relativamente ao valor de 24.000 € para a revisão da Carta Educativa, que esse serviço foi adjudicado à Universidade de Aveiro, salientando que aquela universidade tem competências nessa matéria e que a Câmara entendeu adequado proceder dessa forma até porque os serviços camarários estavam muito ocupados. -----  
-----

Sobre a verba para o projeto do Arquivo Municipal deu nota que o mesmo engloba um conjunto de especialidades para o qual a Câmara não tinha capacidade de resposta, frisando tratar-se de uma obra complexa e que a Câmara entendeu adequado contratar o serviço a uma entidade externa. -----  
-----

Sobre a elaboração de projeto de execução para a ligação de saneamento de edifícios escolares e de habitação social disse que, de igual forma, porque a Câmara não tinha capacidade de resposta, entendeu contratar externamente esse serviço para agilizar o processo. -----  
-----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia dado, sobre a presente matéria, não ser exigida qualquer votação, tendo a Assembleia tomado conhecimento da Informação em epígrafe. -----  
-----

### **3 – Revisão Orçamental** ----- -----

#### **- 2.ª Revisão ao Orçamento da Despesa** ----- -----

#### **- 1.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipal – PAM** ----- -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara* para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----  
-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 21 de agosto de 2017 e restante documentação enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por -----  
-----



Handwritten signature and a circled number '1'.

transcrita. -----  
-----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) para questionar sobre os seguros municipais, dizendo que não conseguiu aferir se se tratam de seguros relacionados com o pessoal, se são relacionados, por exemplo, com os parques infantis, solicitando ser informado quanto a isso. --  
-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que esclareceu que estão em causa os seguros para tudo o que é da responsabilidade do Município.-----  
-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 29 votos a favor (PSD: 25, CDS-PP, IND., PS: 2 – Ana Pires de Oliveira e Maria Manuela Teixeira), 13 votos contra (PS: 12, BE) e 2 abstenções (CDU, PS: 1 – Feliciano Pereira), aprovar a revisão orçamental em epígrafe – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas –, nos termos da deliberação camarária suprarreferida. -----  
-----

*Reentraram os membros Armando Teixeira, António Óscar Neves e José Castro.* -----  
-----

**4 – Proposta de Alteração ao Regulamento do Programa de Apoio às Pessoas Coletivas de Direito Privado Sem Fins Lucrativos do Município de Santa Maria da Feira** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----  
-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 7 de agosto de 2017 e restante documentação enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----  
-----

Interveio a deputada municipal *Maria Oliveira* (PS) que começou por dar nota que o grupo municipal do PS é favorável à proposta mas que não a podia votar favoravelmente sem a  
-----



inclusão de uma solução para uma das maiores carências que tais entidades têm transmitido, designadamente a dificuldade ao nível da elaboração de candidaturas e concretização dos projetos.-----

Referiu que o PS, nos últimos meses, tem realizado reuniões com tais entidades e que quase todas manifestaram essa preocupação e essa dificuldade, daí defender que seja incluído no regulamento a criação de um gabinete técnico, com uma equipa multidisciplinar, dedicada a apoiar essas entidades na elaboração de candidaturas a projetos e na execução dos mesmos. Concluindo referiu que caso fosse incluído tal ponto no regulamento, então que o grupo municipal do PS votaria favoravelmente. -----

-----  
Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por referir que a CDU nada tinha contra a proposta, dando nota que do contacto que manteve com as associações a posição que estas transmitiram foi de que as alterações deviam ser aprovadas. -----

Salientou que, contudo, não podia deixar de referir que há associações que carecem de um olhar mais direto, aludindo ao caso da Aanifeira – Associação dos Amigos dos Animais de Santa Maria da Feira para dizer que apesar dessa associação não se enquadrar no regulamento em apreço tem um cariz social muito importante porque, para além de alimentar os animais, retira-os da rua e trata deles, disponibilizando ainda uma série de serviços extremamente importantes para a sociedade. -----

Disse que, apesar de saber que o edifício onde está a Aanifeira é da Câmara Municipal e que, além disso, esta concede-lhe um apoio anual de 1500 €, o certo é que se alguém quiser consignar 5% do seu IRS para essa associação não o pode fazer, comentando haver associações que, devido à legislação em vigor, ficam de fora de alguns apoios mas que não deixam de ser extremamente importantes para a sociedade. -----

Referiu que o edifício onde está a Aanifeira carece de obras mas que a associação não tem capacidade para as fazer, designadamente a retirada das telhas de fibrocimento que conterão amianto, uma vez serem dos anos 80, bem como outras obras para melhorar as condições para acolher os animais. -----

Concluindo referiu que a via onde está localizada a Aanifeira não tem rede de saneamento básico, dizendo que, apesar de caricato, tal corresponde à realidade. -----



Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por questionar, em relação à proposta de alteração, se existe uma estimativa orçamental de quanto será disponibilizado, anualmente, para o programa de apoio em causa, ou seja, qual é o impacto orçamental desta alteração. -----

Referiu que, para além da referida Aanifeira, existirão muitas outras associações que necessitam e merecem apoio por parte do Município, salientando que o BE não se opõe a isso mas que é do entendimento que a Câmara deve apoiar as instituições que consideram que fazem um trabalho relevante, nomeadamente onde há ausência de resposta pública, mas que não deve simplesmente transferir e delegar as suas competências para muitas dessas instituições. -----

Disse que, por isso, entende o BE que a presente discussão deveria ser acompanhada de uma outra, que se prende com os programas de apoio social que a Câmara tem e que fornece diretamente à população. Salientou que há um défice muito grande não só no que respeita aos programas elaborados pela Câmara como na execução dos mesmos, fazendo sobressair que as verbas afetas a esses programas são bastante reduzidas e que as execuções são muito baixas. Referiu que o BE tem dado exemplos dessas situações, recordando que o Programa Cuidar de Quem Cuida teve, em 2016, zero euros de execução, que o Cartão Feira Sénior teve 1.931 € de execução e que o Conselho Solidário teve 11.965 € de execução, sublinhando serem claramente verbas irrisórias para aquilo que são as necessidades do Concelho. -----

Reafirmou que seria importante discutir, conjuntamente com a presente matéria, quais são as competências e obrigações da Câmara Municipal de disponibilização de apoios diretamente à população, frisando que esta não se deve secundar ou ficar atrás do Programa em referência, e respetivo regulamento, apenas delegando competências nas outras instituições. -----

Concluindo frisou que, para o BE, há instituições e associações que devem e merecem ser apoiadas até porque não há outro tipo de resposta pública, mas que a Câmara Municipal deve reforçar as suas respostas próprias, principalmente no que toca a medidas sociais e de ação social, frisando que nos últimos anos esse reforço não tem sido feito. -----

-----  
Interveio o membro *Fernando Moreira* (PSD) que começou por dizer que pensava que o assunto seria aprovado sem qualquer discussão e por unanimidade, e que ficou espantado ao ver determinadas questões serem levantadas. -----





Salientou que a Câmara está, e muito bem, a antecipar um problema que as associações vão ter a curto prazo, porque precisarão de continuar a existir, ressaltando que algumas delas já se estão a preparar para o efeito. Referiu haver serviços que a Câmara não vai nem lhe compete fazer, como por exemplo fazer um lar para idosos, salientando que compete às associações e às IPSS fazer tais serviços. -----

Disse considerar muito bem que a Câmara tenha definido concretamente os apoios porque, desse modo, as entidades saberão exatamente com o que podem contar, acrescentando não perceber porque se quer criar uma comissão quando tais matérias já são analisadas pelos técnicos da Câmara.-----

Referiu também não ter percebido o porquê de se querer misturar a presente matéria com a questão dos apoios sociais, frisando que em discussão está o Regulamento do Programa de Apoio às Pessoas Coletivas de Direito Privado Sem Fins Lucrativos do Município de Santa Maria da Feira, e nada mais do que isso. -----

Salientou que, numa análise mais global, poderia concordar que se quisesse integrar essa discussão com os apoios que a Câmara possa dar, mas que, quanto à matéria em causa, ela é absolutamente clara uma vez que toda a gente fica a saber com o que pode contar por parte do Município, comentando não perceber que se levantem tais problemas e que, tal como ele, as associações também não iriam perceber. -----

-----  
Interveio a deputada municipal **Maria Oliveira** (PS) que disse querer clarificar, uma vez lhe ter parecido que o membro Fernando Moreira não compreendeu bem aquilo que ela referiu na intervenção anterior, que aquilo que o grupo municipal do PS propõe é que seja incluído, no regulamento, a criação de uma equipa multidisciplinar capaz de apoiar essas entidades na execução e submissão de candidaturas a projetos, reafirmando que esse é um dos principais problemas que as entidades apontaram nas reuniões que realizaram com o PS. Sublinhou que o grupo municipal do PS não estava a inventar nada mas sim a falar de um problema que é, efetivamente, sentido por essas entidades. -----

-----  
Interveio o membro **Fernando Moreira** (PSD) que começou por realçar que o assunto esteve em discussão pública. Referiu que as associações têm, de facto, problemas, mas que lhe deu a impressão que as pessoas que foram falar com essas associações não souberam ouvir aquilo



que elas querem.-----  
Sublinhou que, com a alteração ao regulamento, as associações ficam a saber com que podem contar do Município, e que é isso que elas querem, sublinhando considerar que essa questão fica perfeitamente definida.-----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por esclarecer que, quando é para apresentar candidaturas, é quase sempre a Câmara a fazê-las, em conjunto com as IPSS, salientando serem as próprias IPSS que pedem essa ajuda à Câmara e que não se sentiu a necessidade de incluir esse aspeto no regulamento porque os quadros técnicos da Câmara estão sempre disponíveis para esse trabalho.-----

Sobre a Aanifeira sublinhou que, de facto, a mesma é uma parceira fantástica e faz um trabalho fantástico. Confirmou que a Câmara cede o imóvel onde está a associação e atribui-lhe um subsídio anual, adiantando que o serviço que a Aanifeira presta à comunidade poderá vir a ser alargado, num futuro próximo, que é um assunto que está em discussão ao nível da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria mas que era prematuro estar a adiantar mais do que isso. Fez notar que a Aanifeira não se enquadra no programa em questão mas que merece todo o reconhecimento pelo trabalho notável que está a fazer. -----

Em relação à questão do impacto orçamental disse considerar que a política municipal está correta, de apoiar as IPSS e as associações sem fins lucrativos, destacando que tal matéria está disciplinada no regulamento. Sublinhou que a Câmara vê no movimento associativo parceiros, vê algo que emana da sociedade civil e pessoas disponíveis para alocar o seu tempo e o seu saber a favor dos outros, na maior parte dos casos gratuitamente. -----

Concluindo reafirmou considerar, quanto à questão dos apoios sociais, que a aposta que a Câmara faz na sociedade civil está correta, pelo que será mantida. -----

-----  
Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 33 votos a favor (PSD: 28, CDS-PP, CDU, IND., PS: 2 – Feliciano Pereira e Maria Manuela Teixeira) e 14 abstenções (PS: 13, BE), aprovar a Alteração ao Regulamento em referência – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----



*Reentrou o membro Valdemar Silva.*-----

**5 – Requalificação do Rio Uíma – Passadiço debaixo da ponte/EN 326 – Flães**-----  
**- Declaração de Interesse Municipal**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 7 de agosto de 2017 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que a CDU lançou, a 75 dias das eleições a realizar no dia 1 de outubro, uma campanha intitulada “75 dias 100 propostas” para o Município, e que a construção do passadiço em referência é precisamente uma das propostas da CDU. -----

Recordou que o Sr. Presidente da Câmara em reunião que teve, há cerca de 2 meses, com as associações, disse que esta era uma obra extremamente difícil, se calhar até impossível, dado se tratar de um leito de cheia. Ressaltou que a CDU é favorável à realização da obra mas que, sendo em leito de cheia, a tendência é que o passadiço fique inundado em períodos de chuva e que as pessoas tenham de continuar a atravessar pela estrada, comentando também não acreditar na solução do afundamento do leito porque iria prejudicar a estrutura da ponte. -----

Disse que quem conhece o local sabe que ali não há passeios, que não há uma passadeira, que não há sinalização horizontal e vertical, que não existem lombas redutoras de velocidade e que a própria iluminação pública é parca, pelo que solicitava à Câmara Municipal que entre em contacto com a Infraestruturas de Portugal, S.A. para que se realizem tais obras que, sendo complementares ao passadiço, considera também serem essenciais. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que o BE tem defendido uma solução para o atravessamento da estrada nacional em questão, fosse por uma passagem superior ou inferior, consoante o que fosse tecnicamente melhor, para que quem usa os



passadiços e precisa de atravessar a estrada o possa fazer em segurança, -----

Disse que, como o BE tem defendido a extensão dos passadiços ao longo da linha de água, obviamente acompanharia a proposta no sentido de que a Assembleia Municipal reconheça o interesse municipal na realização do projeto. -----

Referiu que, contudo, algumas dúvidas se levantam, questionando se a Câmara Municipal tem a segurança que, aquando das chuvas, essa passagem inferior não vai ficar inutilizada, questionando se não será necessário ter outro plano, seja por uma passagem superior ou outro tipo de intervenção na estrada nacional, para que as pessoas possam, em todas as alturas do ano, percorrer aquela zona em total segurança. -----

-----  
Interveio o membro *Manuel Santos* (PS) que começou por dizer, sobre o assunto em questão, que finalmente a Câmara mostra uma intenção de executar uma obra que, após concluída, terminará com o constante perigo para quem necessita de atravessar a estrada nacional. Frisou tratar-se de uma zona sem passadeira, sem sinalização e que é bastante utilizada por quem escolhe aquela zona para caminhar. -----

Referiu ser de lamentar que, após tantos anos, somente agora se tenha politicamente decidido avançar com tão importante intervenção, acrescentando que quem acompanha o processo percebe que a segurança das pessoas não é uma prioridade para o executivo municipal uma vez que as pessoas colocam naquele local, há demasiados anos, a sua integridade física em risco. Realçou que o procedimento que a Assembleia Municipal estava a analisar referia-se apenas a uma declaração de interesse, fazendo sobressair que tal interesse só se começou a manifestar no presente ano. -----

Concluindo disse, sobre a presente matéria, que certamente iria correr muita água debaixo da ponte mas que, enquanto isso, é preciso resolver o problema de insegurança na travessia daquela estrada antes que algum acidente grave aconteça e que as responsabilidades sejam atribuídas ao executivo municipal. -----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os esclarecimentos tidos por convenientes. Disse confessar que a solução apresentada, sendo em leito de cheia, lhe deixa algumas reservas que espera sejam dissipadas pelos técnicos que venham a projetar a obra. Referiu que, de facto, vai haver alturas em que a água vai passar por cima do passadiço mas

---



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

que também está convencido que, nessas ocasiões, não haverá grandes condições para que as pessoas possam andar lá a caminhar porque a parte a jusante da ponte também vai ficar inundada. -----

Sobre a construção de uma passagem superior disse que ela é exequível mas que, na sua opinião, não seria utilizada, comentando que mesmo nas passagens aéreas das autoestradas se vê que, caso haja uma alternativa à cota, as pessoas optam por essa porque não estão para andar a subir e a descer, reafirmando não lhe parecer que, naquele local, ficasse bem algo à cota superior.-----

Disse esperar que nunca se faça uma passadeira naquele local porque a passadeira induz o peão numa falsa segurança, salientando que o perigo é um mecanismo de defesa das pessoas porque têm muito mais cuidado quando sabem que correm perigo. Referiu estar convencido que se houvesse uma passadeira já teria havido algum acidente naquele local, desejando que tal nunca venha a ocorrer.-----

Em relação à congratulação feita pelo membro Manuel Santos por haver finalmente a intenção de fazer a obra, disse ser com muita satisfação que ouviu essas palavras porque, há meia dúzia de anos, aquela zona do passadiço era um matagal, comentando que, se calhar, o membro Manuel Santos, apesar de ser de Fiães, nem sabia onde ficava nem o que era “a Preta”. -----  
Concluindo disse que lhe aprazia registar que o membro Manuel Santos pense que a Câmara só está finalmente a defender aquele passadiço porque se falou muito dessa obra. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente – estando presentes 48 dos 54 membros que compõem este Órgão, declarar o interesse municipal para a realização do projeto em referência.-----

**6 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas -----  
- Apoio a obras diversas -----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----



O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 21 de agosto de 2017 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. ---  
E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente – estando presentes 48 dos 54 membros que compõem este Órgão, autorizar a atribuição de um apoio à Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas, de 50% do valor despendido até ao montante máximo de 30.000,00 €, mediante apresentação de faturas e/ou autos de medição, nos termos da deliberação camarária suprarreferida. -----

*Entrou o membro Bernardino Couto.* -----

*Sairam os membros Manuel Ferreira Santos e Armando Teixeira.* -----

**7 – Locação de bens “Renting de viaturas”** -----

- **Autorização prévia para assunção de compromisso plurianual** -----

**8 – Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza Urbana do Concelho de Santa Maria da Feira**-----

- **Autorização prévia para assunção dos compromissos plurianuais** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os assuntos em epígrafe e, após obter a concordância da Assembleia, informou que os mesmos seriam discutidos conjuntamente e votados, naturalmente, em separado. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou os assuntos em referência, nos termos constantes das deliberações camarárias de 10 de julho e de 7 de agosto de 2017, enviadas, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritas.-----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que, antes de abordar os assuntos em discussão, disse que o Sr. Presidente da Câmara podia marcar a reunião a respeito da construção do hotel em



*[Handwritten signatures and initials]*

Caldas de São Jorge, pois poderiam aparecer interessados. -----

Em relação ao contrato de prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos disse ter lido, na deliberação camarária, que se trata da renovação do contrato, questionando qual é o plano que subjaz a renovação e se esta contempla adaptações à modernidade que tem sofrido a gestão dos recursos dos resíduos sólidos urbanos. -----

-----  
Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que os dois assuntos apresentam semelhanças, ressaltando, quanto ao “renting de viaturas”, que em caso de aprovação a deliberação obrigará o Município a despesas até ao ano de 2021, e que, quanto à recolha de resíduos sólidos urbanos, tal obrigação vai até 2023. Referiu que, estando-se somente a um mês das eleições autárquicas, seria mais adequado que tais deliberações acontecessem depois das mesmas, com as novas composições da Câmara e Assembleia Municipal, não condicionando desde já o próximo Executivo. -----

Sobre o serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos fez notar que se trata de um compromisso de 10 milhões de euros, diluído em vários anos, relativo à renovação do contrato até 2023, ressaltando já ter sido discutida, nesta sessão, a necessidade da recolha de lixo no Município ser alterada para que todas as freguesias possam ter o mesmo tratamento e para que a recolha seja feita mais vezes por semana. -----

Concluindo, frisou que o BE não concorda com uma renovação que garante uma recolha do lixo 4 vezes por semana a uma freguesia e, para todas as outras, 2 vezes por semana, questionando se a renovação é feita nas mesmas condições ou se há alterações quanto ao número de dias em que é efetuada a recolha. -----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer, no âmbito das questões colocadas, que queria dar uma nota sobre a política municipal em relação aos resíduos sólidos urbanos. -----

Referiu tratar-se de uma renovação do contrato, informando que o mesmo tem uma cláusula onde refere que se não for denunciado com uma antecedência mínima de 180 dias úteis, renova-se automaticamente, e que esse prazo termina no dia 14 de setembro de 2017. -----

Salientou que, perante a informação técnica a dizer que o serviço é bem executado e que o preço pago é perfeitamente adequado, a Câmara entendeu proceder à renovação do contrato,



acrescentando não haver qualquer alteração em relação ao número de dias de recolha. Disse considerar que as melhores práticas são para ser partilhadas, comentando que, caso alguém propusesse uma prática melhor, estava recetivo a acolhê-la. -----

Fez notar que, na maioria dos países desenvolvidos, a recolha do lixo é feita um ou dois dias por semana, dizendo saber que há uma desigualdade porque a recolha é feita 4 dias por semana em Santa Maria da Feira quando, nas restantes freguesias, é feita 2 dias por semana. Recordou que na altura do início do contrato a recolha era feita, na cidade de Santa Maria da Feira, 6 dias por semana, e que se reduziu para 4, salientando que apesar de tal número ainda lhe parecer excessivo será mantido porque é o que está no contrato. -----

Disse ser da opinião que a política de resíduos adequada é a do incentivar, cada vez mais, a separação e a compostagem, informando que foi realizada uma experiência piloto relativa à compostagem que, entretanto, foi alargada a todo o Concelho, tendo-se distribuído os compostores a quem quis, reafirmando que o incentivo à compostagem é, no seu entender, a política correta para os resíduos orgânicos. -----

Referiu que a Câmara Municipal está, juntamente com a Suldouro, a tentar aumentar a recolha seletiva no Concelho, realçando que a taxa de cobertura de ecopontos no território é muito boa, com um rácio de 1 ecoponto por pouco mais de 200 habitantes, e que já se iniciou uma experiência piloto de recolha seletiva porta a porta, em que são distribuídos mini-ecopontos a quem queira aderir, informando que uma dessas experiências está a decorrer no concelho de Santa Maria da Feira e a outra em Vila Nova de Gaia. Salientou que a intenção é a de, nos próximos 4 anos, levar esse projeto a todo o Concelho, para quem quiser aderir, frisando que a melhor forma de reduzir a quantidade de resíduos criada é a de incentivar a separação e a compostagem, lembrando que o Município paga a recolha do lixo à tonelada. -----

Sublinhou que o aumento do número de dias de recolha é um desincentivo à separação, comentando que se a pessoa souber que tem que ter o lixo em casa vai fazer a separação para ter menos lixo, mas que se a recolha for feita todos os dias não se vai preocupar com isso, colocando todos os dias o lixo à porta porque sabe que alguém vai lá buscá-lo. -----

Concluindo, destacou parecer-lhe que a política de recolha de resíduos adotada no concelho de Santa Maria da Feira é a correta. -----

-----  
Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu os assuntos, separadamente, a votação,





tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

**7 – Locação de bens “Renting de viaturas”** -----

**- Autorização prévia para assunção de compromisso plurianual** -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 45 votos a favor (PSD: 28, PS: 15, CDS-PP, IND.), 1 voto contra (BE) e 1 abstenção (CDU), autorizar a assunção de compromisso plurianual inerente ao procedimento em epígrafe, para o ano 2021, no montante de 26.100,38 €. -----

**8 – Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza Urbana do Concelho de Santa Maria da Feira**-----

**- Autorização prévia para assunção dos compromissos plurianuais**-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 34 votos a favor (PSD: 28, CDS-PP, CDU, IND., PS: 3 – Feliciano Pereira, Valdemar Silva e Maria Manuela Teixeira), 1 voto contra (BE) e 12 abstenções (PS), autorizar a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao procedimento em epígrafe, nos seguintes termos: -----

. Ano 2018 – 1.200.000 €, -----

. Ano 2019 – 2.000.000 €, -----

. Ano 2020 – 2.000.000 €, -----

. Ano 2021 – 2.000.000 €, -----

. Ano 2022 – 2.000.000 €, -----

. Ano 2023 – 800.000 €.-----

**Reentrou o membro Manuel Ferreira Santos.** -----

**Sairam os membros Jorge Ferreira e Maria Manuela Teixeira.**-----

**9 – Reciclagem e Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos no Município de Santa Maria da Feira (artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento)**-----

O Sr. Presidente da Assembleia apresentou o assunto em epígrafe, agendado nos termos das disposições legais em epígrafe e no seguimento da solicitação remetida à Mesa pelo membro Sérgio Cirino, do grupo municipal do Partido Socialista – registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 10.765, em 29 de agosto de 2017 – documento esse enviado,



oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito.-----

Fez ainda alusão à recomendação sobre o assunto que acompanha o pedido de agendamento e que igualmente foi distribuída, oportunamente, pelos membros da Assembleia Municipal.-----

De seguida, passou a palavra ao membro Sérgio Cirino para que o mesmo fizesse a apresentação dessa recomendação.-----

Usou da palavra o membro *Sérgio Cirino* (PS) que apresentou e explanou a recomendação em referência cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Considerando que:-----

- Um Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos é uma estrutura que engloba os meios humanos, logísticos, equipamentos e infraestruturas, organizada para realizar as operações inerentes à gestão de resíduos urbanos.-----

- Os objetivos fundamentais de uma política de gestão de resíduos traduzem-se, prioritariamente, na prevenção da sua quantidade e da sua perigosidade e na maximização das quantidades recuperadas para valorização, tendo em vista a minimização de resíduos enviados para eliminação.-----

- Se deverá proceder à eliminação progressiva da deposição de resíduos em aterro, com vista à erradicação da deposição direta de RU em aterro até 2030.-----

- O aproveitamento do potencial do setor dos RU para estimular economias locais e a economia nacional: uma atividade de valor acrescentado para as pessoas, para as autarquias e para as empresas, com capacidade de internacionalização, no quadro de uma economia verde.-

- Se deve promover o envolvimento direto do cidadão na estratégia dos RU, apostando-se na informação e em facilitar a redução da produção e a separação, tendo em vista a reciclagem. --

- É necessário um maior acompanhamento do Aterro de Canedo com vista a melhorar as condições de vida das populações limítrofes.-----

Tendo em consideração os considerandos supraexpostos, recomenda-se à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira que:-----

- Proceda à implantação de mais contentores pelo Concelho, apostando maioritariamente em moloques (contentores de lixo subterrâneos).-----

- Aumentar o número de dias de recolha de resíduos sólidos urbanos nas freguesias.-----



- Aumentar a fiscalização com o depósito indevido de lixos – lixeiras selvagens – mobilizando e sensibilizando as populações em torno destas questões, incentivando atitudes ambientalmente responsáveis junto dos cidadãos. -----
- Aumentar o número de ecopontos em todo o Concelho. -----
- Alargar os produtos objeto de recolha seletiva – em Santa Maria da Feira introduzir, entre outras, a recolha seletiva da cortiça.-----
- Nos centros urbanos dar início à política de separação de lixos através do programa projeto-piloto designado “Pague-o-que-deita-fora” que permite definir pagamento de resíduos sólidos urbanos a partir do que cada cidadão deita fora, que encorajará a adoção de práticas de prevenção e separação dos resíduos, fomentando a recolha seletiva. -----
- Promoção de Divulgação da Compostagem Doméstica. -----
- Comissão de Acompanhamento do Aterro de Canedo com divulgação semestral dos resultados desse acompanhamento.” -----

-----  
Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que começou por dizer, no que respeita à gestão dos resíduos sólidos, que a visão de que é preciso intervir no lixo que é criado é relevante para o futuro da comunidade e, acima de tudo, para o Meio Ambiente. -----

Salientou ser preciso proatividade naquilo que é o futuro e o tratamento do Meio Ambiente pois, caso contrário, acontecerão problemas graves, de dificuldade extrema de resolução, frisando que tais problemas já começam a ser sentidos e que é fundamental mudar o paradigma, agilizando procedimentos e intervindo na questão dos resíduos urbanos.-----

Referiu, quanto ao teor da recomendação, que o CDS-PP genericamente concorda com o que está plasmado mas que, para além de intervenções fiscalizadoras e de intervenções nas escolas, entende que urge formar e informar as pessoas, e não só as crianças, ressaltando que enquanto a cidadania não for plena dificilmente os resultados serão profícuos.-----

Concluindo, referiu que iria acompanhar a recomendação mas que, no entendimento do CDS-PP, ainda há muito a fazer e falta explorar o aspeto da intervenção ativa naquilo que é a cidadania, frisando faltar essa alavanca que considera fundamental para a obtenção dos resultados pretendidos. -----

-----  
Interveio o membro *Fernando Moreira* (PSD) que começou por dizer que, quando leu a



recomendação, pensou que quem a elaborou não conhece o que está a ser feito no Concelho, ou tem o interesse de tentar demonstrar que nada ou pouco está a ser feito, ou então quer fazer campanha política. -----

Salientou que grande parte do que é dito para se fazer, e do que é viável, está a ser feito, referindo ter compilado alguns dados relativamente a esta questão – que passou a explanar, seguindo o documento que disponibilizou e cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Recolha seletiva, dados: -----

Em 2010, na Suldouro, recebia-se de RSU 186.596 toneladas. -----

Em 2016 foram recebidas 170.367 toneladas. -----

Em 2010, 93% desses RSU eram depositados em aterro. -----

Atualmente são depositados em aterro apenas 58/60% dos RSU recebidos. Em 2020 prevê-se que o valor seja de 50%, cumprindo-se assim a meta prevista no PERSU 2020.-----

Com a entrada em funcionamento da Central de Valorização Orgânica (CVO) em Sermonde, para além de se obter produtos recicláveis e produção de energia, produz-se cerca de 3.000 toneladas/ano de composto que é vendido sob a designação de “Agrovida”. -----

Recolhíamos: -----

Em 2000.....em 2016 -----

De vidro 3.057 toneladas.....6.515 toneladas-----

De papel/cartão 1.605 toneladas.....4.457 toneladas-----

De plásticos 735 toneladas.....3.597 toneladas -----

Para se obter estes resultados, utilizam-se: -----

11 camiões, em 2 turnos, com 16 equipas. -----

Faz-se, no comércio, a recolha seletiva de embalagens, com 3 viaturas específicas para a recolha porta a porta. -----

Utilizam-se ainda 5 ecocentros (3 na Feira e 2 em V. N. Gaia) -----

Ecopontos: -----

O serviço de recolha seletiva iniciou-se com a colocação de ecopontos na base de 1 para 500 habitantes. -----

Colocados agora os 574 ecopontos acabados de adquirir (229.600,00 €) este rácio passará a ser de aproximadamente 1 ecoponto para 200 habitantes. -----

Hoje recolhemos seletivamente 33Kg/habitante/ano. -----



Em 2020 prevê-se recolher 45Kg/habitante/ano, que é a meta prevista para a Suldouro no PERSU 2020. -----

Para atingir este objetivo, iniciou-se em finais de 2015 uma experiência piloto na recolha porta a porta com 2 zonas em Gaia e 2 na Feira. Foram distribuídos contentores de 140 litros (3 por alojamento) e ampliado o número de ecopontos nas zonas mais urbanas. Da monitorização efetuada constatou-se que os resultados foram excelentes nas zonas mais rurais de habitações unifamiliares onde se atingiram já os 45Kg/hab/ano. Nas zonas mais urbanas com prédios em Propriedade Horizontal os resultados foram muito menos significativos. -----

Com base nestes resultados alargaram-se, de imediato, as zonas em estudo, no caso da Feira para mais 15.000 habitantes. -----

Para o efeito está a decorrer concurso para aquisição de 10 camiões (aprox. 1.250.000,00 €) e 135.000 contentores de 140 litros, a fornecer faseadamente em 2017 e 2018 (aprox. 3.300.000,00 €), para que a muito curto prazo 1/3 da população (140.000) de ambos os concelhos esteja servida de recolha seletiva, porta a porta. -----

Existem ainda acordos/protocolos com bombeiros, escolas, IPSS e outras associações em que, desde que existam condições para o efeito, se colocam ecopontos ou outro equipamento adequado para recolha de resíduos, recebendo estas associações o valor de venda dos resíduos recolhidos, deduzido do custo da recolha. -----

Os óleos alimentares para além de poderem ser entregues nos ecocentros podem ainda ser depositados em 30 oleões distribuídos pelo concelho. -----

A compostagem tem no nosso concelho já uma razoável adesão, podendo ser ampliada. Os interessados podem dirigir-se aos serviços do ambiente do município que lhe oferecem gratuitamente o compostor bem como formação sobre a forma de funcionamento. -----

A Suldouro, por si, e em associação com os municípios e outros agentes, como por exemplo escolas e associações, promove campanhas de comunicação e de sensibilização não só para aumentar a quantidade de resíduos recicláveis, mas também para promover a política dos 3R's, no qual faz enfoque na redução dos resíduos urbanos. -----

Visitam as instalações da Suldouro mais de 5.000 pessoas/ano – essencialmente escolas. -----

Produção de energia: -----

Em 2016, tínhamos 7 motores que produziram 40.307 MWh. Para além de uma importante fonte de receita representa a redução de emissões de GEE – gases de estufa – de cerca de



15.117 toneladas de CO2.-----

O aterro do Gestal tem já um motor a funcionar desde o passado mês de julho, queimando cerca de 400 m<sup>3</sup> de metano, por dia, contribuindo para uma significativa redução de odores e emissões de GEE (gases estufa).-----

A ligação à rede elétrica aguarda-se a todo o momento. -----

Em 2016, em termos de receitas da Suldouro, a venda de energia representou 44%, as vendas de RU recicláveis representou 27% e as tarifas municipais 29% (daí termos umas das mais baixas tarifas do País – 18,11 €).-----

Comissão acompanhamento: -----

Sempre existiu uma comissão de acompanhamento composta, para além dos elementos da Suldouro, por diversas entidades – Saúde, APA, CCDR, Técnicos em representação dos municípios, Presidentes da Junta da União de Freguesias de Grijó/Sermonde e Serzedo/Perosinho. A partir da entrada em funcionamento do aterro em Canedo passaram também a fazer parte, o Presidente da Junta da União de Freguesias de Canedo/Vale/Vila Maior e um representante da comissão de moradores de Sobreda. -----

Por norma reúne de 6 em 6 meses ou sempre que se mostre necessário.”-----

O membro Fernando Moreira prosseguiu a sua intervenção dizendo admitir a boa intenção da recomendação mas que a mesma não faz muito sentido e demonstra o desconhecimento de alguns dados, comentando poder haver alguma falta de comunicação desses dados mas que eles estão no site da Suldouro e, eventualmente, no site da Câmara, acrescentando que os Documentos de Prestação de Contas do Município, na parte do Ambiente, também refere alguns desses dados. -----

Destacou que a questão da gestão dos resíduos sólidos urbanos depende de estratégias nacionais, salientando que, do seu ponto de vista, o Município não tem de estar a fazer um investimento pesado numa coisa quando já está estabelecido quem é que vai fazer esse investimento.-----

Referiu que o Município tem acompanhado, e muito bem, toda a estratégia nacional, fazendo sobressair que tudo é feito com o conhecimento e apoio dos municípios e que as empresas, como a Suldouro, não avançam sem o apoio dos municípios apesar da participação minoritária que estes têm nas mesmas, acrescentando que, no seu entender, foi trilhado um grande caminho até à data mas que, mesmo assim, ainda não é o suficiente. -----



Em relação aos eventuais cheiros nauseabundos oriundos do aterro de Canedo, disse não existirem mas que, tratando-se de um equipamento que trata os lixos, obviamente não podia cheirar a perfume. Informou que muitas pessoas tiveram a oportunidade de visitar o aterro e as centrais de tratamento e que não notaram esses cheiros, sublinhando que ele próprio visita o local assiduamente e nunca sentiu esses cheiros nauseabundos e que, numa dessas visitas, questionou alguns moradores e os mesmos disseram que os cheiros não são permanentes mas sim ocasionais.-----

Frisou ser preciso ter algum cuidado porque as pessoas, por vezes, são infiltradas com determinadas ideias, ressaltando que uma estação de tratamento de lixo é um equipamento que ninguém gosta de ter à porta, tal como os ecopontos, em que toda a gente diz serem necessários mas, depois, ninguém os quer ter à porta.-----

Concluindo a sua intervenção disse que o assunto merece uma discussão aprofundada, com o conhecimento de todos os dados, mas que, na sua opinião, medidas avulsas e sobrepostas não ajudam a resolver qualquer problema. -----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer que seria muito rápido porque o membro Fernando Moreira foi exaustivo e esclarecedor e porque ele próprio já havia dado nota, aquando da discussão do ponto 8 da Ordem do Dia, de qual é a política do Município em relação aos resíduos sólidos urbanos. -----

Disse perceber a boa vontade da intervenção do membro Sérgio Cirino mas que o mesmo, quando referiu um projeto em que cada cidadão paga o que deita fora, indexado ao consumo de sacos plásticos, provavelmente estaria a referir-se a um projeto implementado na Noruega ou num outro país com uma cultura cívica que Portugal ainda não tem. -----

Referiu, como exemplo, que o Município tem um serviço de ir a casa das pessoas buscar os chamados “monstros” mas que, mesmo assim, há pessoas que os deixam na berma da estrada, dizendo não ter dúvidas que no dia em que a taxa da recolha dos resíduos estiver associada à compra dos sacos de lixo ninguém vai comprá-los, mas sim depositar o lixo à porta do vizinho ou no meio do monte para não ter que pagar. Frisou que a cultura do povo português é esta, como povo latino que é, e que tem que evoluir no que respeita ao civismo. -----

Prosseguindo, deu nota que aquando da privatização de todo o sistema em alta de recolha e tratamento de resíduos, incluindo a Suldouro, a Câmara tinha a possibilidade de realizar o

---



capital que o Estado fez mas optou por não vender a sua participação na Suldouro, abdicando de cerca de 1,6 milhões de euros, precisamente para continuar a ter um representante no Conselho de Administração daquela empresa para defender as políticas de redução dos resíduos e tentar compatibilizar o interesse do Município, que é o interesse público, com o interesse do privado, que é o de prestar um bom serviço mas, também, o de obter lucro. -----  
Concluindo a sua intervenção referiu que, por vezes, tais opções parecem inócuas mas têm uma razão de ser, e que, na altura, a Câmara quis manter um representante no Conselho de Administração da Suldouro para estar sempre por dentro da política de resíduos.-----

-----  
Interveio novamente o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que foi bom a Câmara não ter vendido a sua participação na Suldouro e ter mantido lá um representante, mas que lamenta que o mesmo não tivesse acontecido no caso da Indaqua.-----

Em relação ao exemplo dos sacos de plástico disse que se estava a referir a uma experiência piloto a decorrer no centro histórico de Guimarães, comentando que, pelo que leu e ouviu, está a correr muito bem. Disse esperar que os resultados dessa experiência sejam bons porque seria uma maneira de fazer a distinção entre quem produz mais ou menos lixo.-----

Referiu ter gostado de ouvir a intervenção do Fernando Moreira mas que ele – Sérgio Cirino – prefere trabalhar para máximos e não para mínimos, salientando só haver um concelho de Santa Maria da Feira, só haver um planeta Terra e que, por isso, é preciso cuidar dele.-----

Concluindo questionou porque é que, podendo-se reciclar 70% do lixo, se há de ficar pela meta dos 50% só porque é o mínimo obrigatório, ressaltando que é preciso ir mais à frente porque é bom para todos e o Ambiente agradece.-----

-----  
Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor da recomendação (PS: 15, CDU, BE, CDS-PP) e 28 votos contra (PSD: 27, IND.), rejeitar a recomendação apresentada pelo membro Sérgio Cirino – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

-----  
Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* disse que, sendo a última sessão do presente mandato, queria deixar umas palavras finais que, seguidamente, se passam a citar:-----





“Uma vez que esta é a última sessão deste mandato, queria agradecer a colaboração à senhora Primeira Secretária e ao senhor Segundo Secretário em todos os trabalhos. Queria também agradecer de uma forma muito especial todo o trabalho, empenhamento e colaboração, penso que com todos os senhores deputados, do funcionário e colaborador Rui Guimarães, a quem muito agradeço toda a colaboração e dedicação à Assembleia Municipal. E quero agradecer também a todos os senhores líderes municipais, que fazem parte da Comissão Permanente e, de uma forma geral, a todas as senhoras e senhores deputados.-----

Como já aqui foi dito, eu penso que, em termos globais, esta Assembleia é aquilo que cada um dos seus membros quiser que ela seja, ela depende do trabalho e do empenhamento e das intervenções de cada uma das senhoras e senhores deputados, mas penso, numa avaliação global do nosso mandato, que a Assembleia Municipal dignificou este órgão da democracia local. E, portanto, àqueles que vão cessar funções porque não são de novo candidatos, penso que é de deixar um agradecimento pelo trabalho que fizeram em prole do concelho de Santa Maria da Feira. E àqueles que são de novo candidatos, desejar-lhes as maiores felicidades para o próximo dia 1 de outubro e uma boa campanha para todos.-----

Agradeço também a colaboração à Câmara Municipal, ao Sr. Presidente e a todos os Srs. Vereadores, que sempre colaboraram de forma eficiente e eficaz com a Assembleia Municipal.”-----

-----  
Em seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a minuta da ata desta sessão a aprovação e, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a ata desta sessão.-----

Posto isto, e nada mais havendo a tratar, às 23H43, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou os trabalhos, do que para constar, se lavrou esta ata que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

**O Presidente,**

**O 1.º Secretário,**

**O 2.º Secretário,**